

UNIPAMPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA – CAMPUS DOM PEDRITO
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM AGRONEGÓCIO

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA E NAS CONDIÇÕES
DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE DOM
PEDRITO – RS**

Alice Fagundes Leite

DOM PEDRITO, RS

2013

ALICE FAGUNDES LEITE

**INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA E NAS CONDIÇÕES
DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS ASSENTAMENTOS NO MUNICÍPIO DE DOM
PEDRITO – RS**

Trabalho de conclusão do Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção de título de Tecnólogo em Agronegócio.

**Orientador: Dr. Nelson Ruben de Mello
Balverde**

Dom Pedrito, RS

2013

L533c Leite, Alice Fagundes

Influência do programa bolsa família na renda e nas condições de vida das famílias dos assentamentos no município de Dom Pedrito-RS / Alice Fagundes Leite ; orientador Prof. Dr. Nelson Ruben de Mello Balverde. – Dom Pedrito: UNIPAMPA, Curso Superior de Tecnologia em Agronegócio, 2013.

73 p.

1. Programa Bolsa Família 2. Renda 3. Condições de vida I. Título
CDD 305

ALICE FAGUNDES LEITE

**A INFLUÊNCIA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NA RENDA E NAS
CONDIÇÕES DE VIDA DAS FAMÍLIAS DOS ASSENTAMENTOS DO MUNICÍPIO
DE DOM PEDRITO – RS**

Trabalho de conclusão do Curso Superior de
Tecnologia em Agronegócio, da Universidade
Federal do Pampa, como requisito parcial para
a obtenção de título de Tecnólogo em
Agronegócio.

Trabalho de Conclusão defendido e aprovada em: 14 de outubro de 2013.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Nelson Ruben de Mello Balverde

Orientador

UNIPAMPA

Prof. Dr^a. Alicia Ruiz Olalde

UNIPAMPA

Prof. Dr^a. Jaqueline Mallmann Haas

UNIPAMPA

A Daniel, Ivan, Clarice, Amélia e Bernardo,
minhas “luzinhas” no fim do túnel.

AGRADECIMENTOS

A meu noivo Daniel, que mesmo entre palavras, não as encontro para traduzir toda a minha gratidão e o meu amor pela paciência e pelo incentivo para continuar mesmo quando pensei que não chegaria até aqui.

A meus pais, Ivan e Clarice, por me darem a vida e as instruções de como usá-la e a meus irmãos, Bernardo e Amélia, que fazem com que não esqueça o quanto a ela é maravilhosa de se viver.

Aos meus queridos colegas, meus irmãos de sonhos, pois irmãos compartilham a vida e nós compartilhamos o mesmo sonho.

Aos que iniciaram esse sonho conosco, mas esse sonho deu espaço a outros maiores que lhes permitiu seguirem seu próprio caminho.

Aos meus amigos que no começo eram estranhos, hoje dividimos esperanças e anseios, sei que não acaba por aqui, Helene, Jocielle, Juliardi, Lael, Marcelo e Nelson, obrigado por me ensinarem o quanto é importante compartilhar o mesmo sonho com um monte de gente que por destino ou obra do acaso se encontraram num caminho longo e cheio de obstáculos, mas isso se tornou fácil, tínhamos uns aos outros e ainda temos!

Ao Prof. Nelson de Mello, meu orientador, por embarcar nesse universo desconhecido por mim, sendo incansável na procura de fazer um simples projeto em um trabalho muito importante pra mim para as pessoas que dele participaram.

À Enoé extensionista da EMATER, acompanhar nos locais mais longínquos, sanando as minhas dúvidas a respeito das dificuldades dessas pessoas, agradeço por ter encontrado no meu caminho pessoas assim que fazem de um esboço de projeto um ideal, meu imenso carinho, respeito e admiração pelo teu trabalho desempenhado junto aos assentamentos.

Às pessoas que abriram as portas de suas casas, algumas com chimarrão e um sorriso amigo e outras com um olhar cheio reservas e desconfiança, mas que contribuíram para que esse trabalho fosse concluído. Mostraram-me um mundo diferente do que era imaginado por mim, são pessoas que merecem meu respeito pela dignidade com que levam suas vidas cheias de dificuldades e esperanças de um dia melhor. Espero que esse trabalho não seja em vão e que contribua para que as dificuldades deem lugar aos sonhos, por esses sim vale a pena lutar.

Aos professores que compartilharam seus conhecimentos e experiências amenizando nosso cansaço após um dia de trabalho, nos acompanhando a cada desafio que nos foi lançado e às conquistas que esses desafios traziam consigo. Obrigada pela compreensão.

Aos meus colegas de trabalho que entenderam que meus anseios de realização de um sonho eram muito importantes e me apoiaram a seguir essa caminhada cheia de desafios, essa vitória não teria o mesmo valor sem vocês. Essa vitória tem o pedacinho de cada um. Obrigada!

À Universidade Federal do Pampa – Unipampa, por permitir que fizesse parte de sua história estampando minha vitória e meu sorriso em suas paredes.

[...] Porque se chamavam homens
Também se chamavam sonhos
E sonhos não envelhecem [...]
Milton Nascimento

RESUMO

Esse estudo trata-se de uma pesquisa exploratória realizada através de entrevistas nos três assentamentos do município de Dom Pedrito - RS são eles: Upacaraí, Alto Alegre e Vista Nova. No qual totalizam 22 famílias que recebem o benefício do programa Bolsa Família, com intuito de esclarecer sua influência na renda e nas condições de vida dessas famílias. Para tanto se abordou as medições de pobreza e aplicaram-se as famílias entrevistadas. A presente pesquisa demonstra as características das famílias como a idade, escolaridade e origem dos integrantes das famílias que vivem nos assentamentos do município de Dom Pedrito - RS e que recebem o benefício do Programa Bolsa Família. Essa pesquisa apresenta as atividades de produção no qual forma à renda das famílias dos assentamentos, bem como a composição da renda das famílias. Indica quanto cada família recebe do Programa Bolsa Família anualmente e em seguida comparado com a renda total das famílias e seus gastos com alimentação durante o ano. Durante o estudo, realizou-se comparação entre a renda per capita mensal de cada família com o benefício e a renda sem o benefício, denotando a influencia na renda das famílias que vivem nos assentamentos. O presente estudo mostra as condições de vida em cada assentamento, assim como as dificuldades que cada um deles apresenta. Também aborda a questão da moradia, as características das casas onde as famílias residem, os materiais em que elas foram construídas, como são tratados o esgoto e lixo. É abordado o tema das compras do mês, como são realizados, os gastos que elas envolvem e os tipos de alimento que as famílias produzem para seu consumo. Por fim o trabalho possui as sugestões das famílias, separadas por assentamento, nas questões de saúde, educação, transporte e lazer.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família, Assentamentos, Renda, Condições de Vida.

ABSTRACT

This study deals with a research carried out by interviews in the three settlements of the municipality of Dom Pedrito - RS those are: Upacarái, Alto Alegre and Vista Nova, where 22 families are receiving the benefit of the Bolsa Familia program, in order to clarify its influence on income and living conditions of these families. For that we addressed the poverty measures and applied the families interviewed. This research demonstrates the characteristics of families such as the age of its members, education and origin of the members of the families who live in the settlements of the municipality of Dom Pedrito - RS care the benefit of the Bolsa Família. This research presents the production activities in which way the household income settlements, as well as the composition of household income. Indicates how much each family receives the Bolsa Família program annually and then compared to the total household income and their expenses with food during the year. During the study, the income of it was made comparison between the per capita income of each family with the benefit and income those without the benefit, denoting influences in the income of families living in the settlements. The present study shows the living conditions in each settlement, as well as the difficulties each one of them presents. It also focuses the issue of housing, the characteristics of the houses where families live, the materials with which they were built and how are treated sewage and garbage. It addressed the issue of procurement of the month, now things are bought in their shopping issues during the month, they involve spending and the types of food that families produce for their consumption. Finally the work has hints suggested by these families separated by the settlement, the issues of health, education, transport and leisure.

Keywords: Bolsa Familia, Settlements, Income, Living Conditions.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.Cronograma das entrevistas aplicadas	18
Tabela 2.Número e idade das pessoas por sexo nas famílias entrevistadas.....	43
Tabela 3.Escolaridade das pessoas que compõem as famílias entrevistadas.....	44
Tabela 4.Origem pessoas que compõem as famílias entrevistadas	46
Tabela 5.Tempo em que as famílias entrevistadas estão no assentamento	47
Tabela 6.Fonte de água das famílias entrevistadas	49
Tabela 7.Tipos de esgoto utilizados pelas famílias entrevistadas.....	50
Tabela 8.Tratamento do lixo das famílias entrevistadas	51
Tabela 9.Área construída das casas das famílias entrevistadas.	51
Tabela 10.Material da parede das casas das famílias entrevistadas.....	52
Tabela 11.Material do piso das casas das famílias entrevistadas.....	52
Tabela 12.Material do teto das casas das famílias entrevistadas	53
Tabela 13.Compradores dos produtos das famílias entrevistadas.	55
Tabela 14.Produção para consumo das famílias entrevistadas.	56
Tabela 15.Composição da renda das famílias entrevistadas.....	57
Tabela 16.Influência do PBF na renda das famílias entrevistadas	58
Tabela 17.Valores gastos com as compras do mês	60

LISTA DE SIGLAS

EMATER: Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica de Extensão Rural.

FEE: Fundação de Economia e Estatística

FHC: Fernando Henrique Cardoso

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDG: Índice de Desigualdade de Gênero

IDH: Índice de Desenvolvimento Humano

IDHAD: Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Desigualdades

INCRA: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPH: Índice de Pobreza Humana

IPM: Índice de Pobreza Multidimensional

MDS: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome

MEC: Ministério da Educação e Cultura

PBF: Programa Bolsa Família

PIB: Produto Interno Bruto

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento no Brasil

RDH: Relatório do Desenvolvimento Humano

PRONAF: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Objetivo Geral	16
1.2	Objetivos Específicos	17
1.3	Justificativa	17
1.4	Metodologia	18
1.4.1	Quanto à Abordagem do Problema	19
1.4.2	Quanto aos Procedimentos Técnicos	20
1.4.3	Universo e amostra	20
1.4.4	Coleta de dados	20
1.4.5	Tratamento de Dados	21
1.5	Estrutura de Trabalho	21
2	REFERENCIAL TEÓRICO	23
2.1	O Município de Dom Pedrito	23
2.1.1	Assentamentos no Município de Dom Pedrito	24
2.1.1.1	Assentamento Vista Nova	25
2.1.1.2	Assentamento Alto Alegre	26
2.1.1.3	Assentamento Upacaráí	26
2.2	O Programa Bolsa Família	27
2.2.1	Cadastro das Famílias no Programa Bolsa Família	28
2.2.2	O Programa Bolsa Família para o Município	29
2.2.3	Condicionalidades	30
2.2.4	Os Beneficiários e Benefícios	32
2.3	Medições de Pobreza e Desenvolvimento	33
2.3.1	Pobreza em Relação à Renda	33
2.3.2	Conceito de Necessidades Básicas e Qualidade de Vida	35
2.3.3	Medidas da pobreza na abordagem da capacitação	36
2.3.3.1	Índice do Desenvolvimento Humano – IDH	37
2.3.3.2	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado as Desigualdades - IDHAD	38
2.3.3.3	Índice de Desigualdade de Gênero - IDG	38
2.3.3.4	Índice de Pobreza Humana - IPH	39
2.3.3.5	Índice de Pobreza Multidimensional - IPM	39
2.4	A Pobreza no Meio Rural	40
2.4.1	Programa Brasil sem Miséria no Meio Rural	41
3	RESULTADOS E DISCUSSÕES	43
3.1.1	Homens X Mulheres nos assentamentos	43
3.1.2	Escolaridade das Famílias	44

3.1.3	Origem das Famílias	45
3.1.4	Tempo de assentamento	47
3.1.5	Trabalham na Propriedade	48
3.2.1	Fontes de Água	49
3.2.2	Tratamento de Esgoto	49
3.2.3	Tratamento do Lixo.....	50
3.4.1	Políticas de Crédito.....	54
3.4.2	Atividades de Produção e Compradores	54
3.4.3	Produção para Consumo	55
3.4.4	Fontes de Renda das Famílias.....	56
3.4.5	A Influência do Programa Bolsa Família na Renda.....	57
3.4.6	Compras do Mês	59
3.4.7	Os Valores Gastos com as Compras do Mês.....	59
3.5.1.	Saúde.....	61
3.5.2.	Educação.....	62
3.5.3.	Transporte	62
3.5.4.	Lazer	63
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	65
5	BIBLIOGRAFIA.....	68
	APÊNDICE.....	72

1 INTRODUÇÃO

Dom Pedrito é um município localizado na região da campanha no estado do Rio Grande do Sul, com 38.898 habitantes, sendo que desta totalidade, 35.255 residem nas áreas urbanas e 3.643 residem em áreas rurais, no qual correspondem 9,4 % da população total do município (IBGE 2010).

Segundo dados coletados na EMATER, existem 47 famílias assentadas no 2º subdistrito de Campo Seco, sendo que 17 famílias residem no assentamento Alto Alegre e as outras 30 famílias residem no assentamento Vista Nova. No 4º subdistrito denominado Ponche Verde existem 37 famílias residentes no assentamento Upacaraí.

Entre os 3.643 habitantes da zona rural, segundo dados fornecidos pela Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, até o mês de março do ano de 2013, 285 pessoas recebem o benefício do PBF - Programa Bolsa Família. Estes habitantes beneficiados pelo programa Bolsa Família usam do benefício para incremento de renda ou até mesmo como alternativa de renda.

[...] Existiam e ainda existem condições que limitam ou impossibilitam que os indivíduos se insiram como atores dentro das transformações que ocorrem. A pobreza, a precariedade das condições de vida e o anacronismo das relações sociais em alguns lugares resultam em sério empecilho justamente para a parte mais frágil da população rural. (BARRETO 2011, p. 166).

São vários os motivos que levaram as famílias rurais do município de Dom Pedrito a acabar sem recursos para a sua sobrevivência, por isso a importância do Programa Bolsa Família para a diminuição da situação de pobreza no campo.

O PBF (Programa Bolsa Família) foi criado em 2003 para combater a pobreza e as desigualdades sociais. O Benefício é definido como transferência de renda com condicionalidades que asseguram qualidade de vida e melhoria nas condições de vida dos beneficiados.

Dentre as condicionalidades para permanecer no programa estão: matricular na escola os filhos ou dependentes com idades entre 6 a 15 anos; garantir de 85% de frequência da carga horária mensal; informar ao PBF quando mudarem de escola; levar crianças de até 6 anos para pesar e medir no Posto de Saúde mensalmente; fazer todas as vacinas exigidas para as crianças de até 6 anos; a mulher grávida deve fazer o Pré-Natal e os demais acompanhamentos de saúde; comunicar ao Programa Bolsa Família qualquer mudança, como endereço, nascimentos, falecimentos, melhoria de renda, casamento, separação, entre outros.

Essas condicionalidades citadas acima apesar de ser o mínimo para assegurar uma qualidade de vidas ao menos para as crianças e adolescente do assentamento, tornam-se difíceis, pois segundo Caminha et. al. (2010, p. 10) nenhum dos assentamentos possuem escolas, neste caso a prefeitura contribui com o transporte dos estudantes às escolas nucleadas que localizam-se fora do assentamentos e oferecem apenas o ensino fundamental. Quanto à saúde, o acesso se dá através do deslocamento das famílias até a cidade para as consultas médicas e odontológicas. No qual o acesso torna-se difícil para as famílias dos assentamentos, pelo fato de que as fichas para o atendimento médico gratuito através do SUS – Sistema Único de Saúde são distribuídas pela manhã bem cedo, fazendo com que as famílias tenham que pernoitar na cidade ou deslocar-se na madrugada do assentamento até a cidade.

A Prefeitura Municipal tem o papel importante de disponibilizar o benefício e assegurar a permanência das famílias no programa, dando acesso à educação para as famílias. Porém esta contribuição não seria o suficiente, pois só oferece ensino fundamental, levando em consideração que todos têm condições de completar o ensino médio até os 17 anos de idade, oferecendo maior oportunidade aos adolescentes, estimulando a especialização nas áreas de seus interesses e fazendo com que possam obter outra forma de renda no futuro.

Já no que tange à saúde, torna-se difícil para as famílias cumprir as condicionalidades exigidas, pois as famílias que mais necessitam do benefício são as mais vulneráveis principalmente aos problemas de saúde em função das condições de vida precárias, pelo fato de que o acesso se dá somente na cidade, fazendo com as famílias dependam de transporte para tal.

O Programa Bolsa Família de um lado tem contribuído para fixar as famílias no campo, pois garante a renda fixa para o sustento da família, por outro lado, pode acabar por contribuir com o êxodo rural, pois com a renda fixa as famílias obtém maior segurança migrar para a zona urbana e para tal deve somente trocar o endereço junto ao responsável pelo Programa Bolsa Família do Município.

É necessário entender se o benefício recebido pelo PBF somente possibilita que as famílias saiam da linha da pobreza ou se o benefício oferece recursos para que obtenham melhor condições de vida.

1.1 Objetivo Geral

Identificar a influência do programa Bolsa Família na renda e nas condição de vida das famílias rurais dos assentamentos do município de Dom Pedrito-RS.

1.2 Objetivos Específicos

- a) Definir as características demográficas das famílias que são beneficiadas com o programa Bolsa Família residentes nos assentamentos no município de Dom Pedrito-RS.
- b) Indicar as fontes de renda das famílias que recebem o benefício nos assentamentos no município de Dom Pedrito-RS.
- c) Apontar a estrutura produtiva das unidades de produção das famílias beneficiadas residentes nos assentamentos do município de Dom Pedrito-RS.
- d) Obter conhecimento sobre o percentual de influência que o benefício exerce em relação à renda familiar mensal dos residentes nos assentamentos do município de Dom Pedrito-RS.
- e) Identificar as condições de vida dos beneficiados com o programa bolsa família residentes nos assentamentos do município de Dom Pedrito-RS.

1.3 Justificativa

Após algum tempo da obtenção dos lotes nos assentamentos, as famílias seguem em muitos casos na situação de pobreza, acarretado por vários fatores dentre eles a má distribuição dos lotes, falta de técnicas agropecuárias por parte de alguns assentados, falta de informação ou instruções de como trabalhar na terra e comercializar seus produtos, falta de recursos para investimento de sua produção, entre outros. Para controlar essa situação de pobreza é necessária a inserção das famílias em programas do governo que permitam um complemento da renda para seu sustento até que suas atividades de produção se consolidem no panorama do agronegócio.

Devido à situação de pobreza no campo, se fez importante a inserção do Programa Bolsa Família na zona rural também. O Programa Bolsa Família surgiu há 10 anos com o intuito de amenizar a desigualdade social e combater a miséria. O programa do governo prevê qualidade de vida e incremento da renda.

Esse trabalho tem como premissa compreender a importância deste benefício para as famílias rurais que residem nos assentamentos, se vivem somente dele, ou se tem outro tipo de renda que o programa incrementa.

Devido à renda fixa que provém do benefício, as famílias sentem-se livres para migrar aos centros urbanos, a fim de atender de formas mais efetiva as necessidades básicas como saneamento, saúde, educação, entre outras.

Com esse trabalho será abordado o modo com que é feita a fiscalização deste benefício na zona rural, sendo que em grande parte da zona rural a educação e saúde são praticamente inacessíveis e as condicionalidades do programa estão a cerca desses itens.

A importância deste trabalho se dá a verificação dos tipos de pobreza das famílias rurais, estudando os tipos de dimensionamentos que indiquem esta pobreza.

Será dada atenção às perspectivas dos atores do processo de transferência de renda podendo fornecer subsídios para o aprimoramento do programa, no que referente a população rural e principalmente os assentamentos, no qual se sabe que as condições de vida são precárias devido à dificuldade de acesso às condicionalidades que o programa impõe aos beneficiados.

1.4 Metodologia

A presente pesquisa tem como objetivo identificar como PBF influencia na renda e nas condições de vida das famílias dos assentamentos do município de Dom Pedrito-RS e, para tal, foi feita uma pesquisa exploratória. Segundo Gil (1999, p. 43) é uma pesquisa com a finalidade de proporcionar uma visão em relação de determinado fato.

Como o nome sugere, a pesquisa exploratória procura explorar um problema ou uma situação para prover critérios e compreensão. (VIEIRA 2002, p. 65).

Foram aplicadas entrevistas a todas as famílias cadastradas no Programa Bolsa Família residentes nos assentamentos do município de Dom Pedrito - RS até março do ano corrente (2013). Entrevistas essas aplicadas pela autora do trabalho em questão.

Ao todo são 22 famílias, o que gerou 85 pessoas, sendo que 14 das famílias pertencem ao assentamento Upacaraí, quatro pertencem ao assentamento Alto Alegre e as outras quatro pertencem ao assentamento Vista Nova. Todas as famílias responderam ao questionário.

As entrevistas obedeceram ao seguinte cronograma:

Tabela 1. Cronograma das entrevistas aplicadas

Data	Assentamento	Número de entrevistas
06/08/2013	Upacaraí	05 famílias entrevistadas
04/09/2013	Vista Nova / Alto Alegre	08 famílias entrevistadas
05/09/2013	Upacaraí	04 famílias entrevistadas
11/09/2013	Upacaraí	01 família entrevistada
24/09/2013	Upacaraí	04 famílias entrevistadas

Fonte: Elaborado pelo autor

As entrevistas realizadas no dia 06/08/2013, no assentamento Upacaráí, funcionaram como pré-teste, pois a partir dessas entrevistas foi possível o aperfeiçoamento do questionário com perguntas mais objetivas e apresentassem menor grau de dificuldade para o melhor entendimento dos entrevistados.

O questionário aplicado às famílias dos assentamentos foi dividido em seis partes, constando nele perguntas referentes à família, à moradia, ao tipo de renda da família, à aquisição de alimentos e higiene, ao acesso a serviços de saúde e sugestões para saúde, educação, transporte e lazer. Ao todo foram 32 questões sendo que 14 foram fechadas e as outras 18 foram abertas.

1.4.1 Quanto à Abordagem do Problema

Na abordagem do problema foram utilizadas as abordagens quantitativa e qualitativa, sendo que uma completa a outra, pois além da objetividade e dinâmica que a abordagem quantitativa traz, não se deve desconsiderar a subjetividade da abordagem qualitativa.

De acordo com Terence e Filho (2006, p. 7) a pesquisa quantitativa preocupa-se em medir (quantidade, frequência e intensidade) e analisar as relações causais entre as variáveis.

Tal exploração das relações quantitativas dos resultados é possível hoje recorrendo aos recursos da informática que permitem gerar tantos coeficientes e análises estatísticas quanto desejadas e repeti-los de muitas formas, num tempo extremamente curto, se comparado ao tempo que se usaria desenvolvendo-os manualmente, mesmo que não consistissem em cálculos de elevada complexidade. (BORGES E PINHEIRO 2002, p. 59).

A pesquisa quantitativa é um método adequado para o desenvolvimento de levantamentos sociais, que tem como vantagens a rapidez e o baixo custo da pesquisa, pois não exige preparação dos pesquisadores.

Segundo Richardson (1985 p.39) a abordagem qualitativa demonstra a complexidade de determinado problema, do qual analisa a interação de variáveis, além de trazer a compreensão dos processos dinâmicos vividos por grupos sociais.

A abordagem qualitativa auxilia na compreensão de problemas complexos, através da subjetividade da resposta dos entrevistados, fazendo com que a pesquisa torne-se mais rica.

Prodanov e Freitas (2013, p.70) discorrem sobre a análise dos dados da abordagem qualitativa, enfatizando que após os dados coletados, não existe a preocupação em comprovar hipóteses, porém não se pode excluir a existência de quadro teórico onde a coleta será direcionada a análise e interpretação dos dados.

Importante enfatizar que os dados qualitativos, podem ser analisados de várias maneiras, dependendo dos dados coletados.

1.4.2 Quanto aos Procedimentos Técnicos

Pesquisas exploratórias habitualmente envolvem levantamento bibliográfico, documental, entrevistas e estudo de caso. (GIL 1989, p. 44).

Foram feitas entrevistas com o responsável pelo PBF no município de Dom Pedrito – RS, para levantamento das famílias rurais que recebem o benefício, em seguida foi feito levantamento das pessoas que residiam nos assentamentos do município de Dom Pedrito – RS com extencionistas da EMATER. O embasamento teórico foi dado através de levantamento bibliográfico e documental em livros, publicações, artigos, jornais, revistas.

1.4.3 Universo e amostra

Os três assentamentos existentes no município de Dom Pedrito – RS possuem ao total 78 famílias, no qual apenas 22 estão inseridas no Programa Bolsa Família. Como a pesquisa foi quantitativa e qualitativa, serão entrevistadas todas as 22 famílias que possuem o benefício. Como foi entrevistado o universo das 22 famílias, a totalidade das famílias beneficiadas pelo PBF, foi realizado um censo,

O critério utilizado foi estar inserido no PBF e ser o responsável pelo benefício, portanto, as entrevistas serão realizadas somente com os responsáveis pelo recebimento do PBF.

1.4.4 Coleta de dados

Foi realizada entrevista semiestruturada, pois segundo Boni e Quaresma (2005, p. 75), permite perguntas abertas¹ e fechadas² e a entrevista obedeceu a um roteiro de perguntas, mas os entrevistados poderão discorrer sobre as perguntas. Tornou-se importante esse tipo de entrevistas para entendermos as dificuldades e perspectivas dos indivíduos inseridos no PBF

¹Permite ampla variedade de respostas expressas livremente

²Respostas fechadas como números, sim e não.

1.4.5 Tratamento de Dados

Raupp e Beuren (2006, p. 93) discorrem que a abordagem quantitativa torna-se relevante à medida que utiliza instrumentos estatísticos desde a coleta de dados até a análise e o tratamento dos mesmos.

Os processos de análise variam de acordo com os planos de pesquisa. (Gil, 1989 p. 166).

Os dados coletados com as perguntas fechadas são importantes por serem mais rápidos e precisos na sua coleta e seu tratamento, mas por outro lado, as perguntas abertas apresentam uma riqueza de detalhes indispensáveis para a pesquisa, sobretudo na questão de sugestões para a melhoria do PBF, assim como as dificuldades que as famílias enfrentam no cumprimento das condicionalidades impostas pelo PBF.

O tratamento de dados foi realizado da seguinte forma:

- a) Perguntas fechadas: foram transformados em números mediante agrupamento das respostas iguais, logo foram transferidas para uma planilha eletrônica para a análise de dados na forma de tabelas e gráficos.
- b) Perguntas abertas: foram agrupadas as que obtiverem as mesmas palavras-chave ou respostas com mesmo contexto, logo foram transformadas em número e transferidas para planilha eletrônica, onde foi realizada a análise na forma de tabelas e gráficos.

1.5 Estrutura de Trabalho

O primeiro capítulo apresenta a introdução que engloba os objetivos geral e específicos, a justificativa, a metodologia onde utilizada para a realização do trabalho, no qual apresenta a metodologia quanto a abordagem do problema, a metodologia quanto aos procedimentos técnicos, o universo da amostra, a coleta de dados, o tratamento de dados e as limitações do método. Também nesse capítulo encontra-se a estrutura do trabalho.

Segundo capítulo e constituído do referencial teórico, que forneceram o embasamento necessário para que o trabalho fosse realizado. As referências contêm dados do município de Dom Pedrito – RS, que foi realizada a entrevista, dados dos três assentamentos do município, Upacaraí, Vista Nova e Alto Alegre, esse capítulo também fornece informações sobre o Programa Bolsa Família no qual está subdividido em temas como o cadastro das famílias no programa, as condicionalidades exigidas, os benefícios e os beneficiários. Também nesse capítulo encontram-se informações sobre as medições de pobreza e citas as medições de pobreza

em relação à renda, os conceitos de necessidades básicas, as necessidades básicas na abordagem da capacitação que englobando o Índice de Desenvolvimentos Humanos, o Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Desigualdades, o Índice de Desigualdade de Gênero, o Índice de Pobreza Humana e o Índice de Pobreza Multidimensional. Nesse capítulo também aborda a pobreza no meio rural e o Programa Brasil Sem Miséria.

O quarto capítulo apresenta os resultados da pesquisa, após o tratamento dos dados coletados por meio de entrevistas. Já no quinto capítulo contém as considerações finais do trabalho. No sexto capítulo encontram-se as referências bibliográficas utilizadas para a realização da pesquisa. O formulário de entrevistas aplicado às famílias que vivem nos assentamentos do município de Dom Pedrito – RS que recebem o benefício do PBF.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 O Município de Dom Pedrito

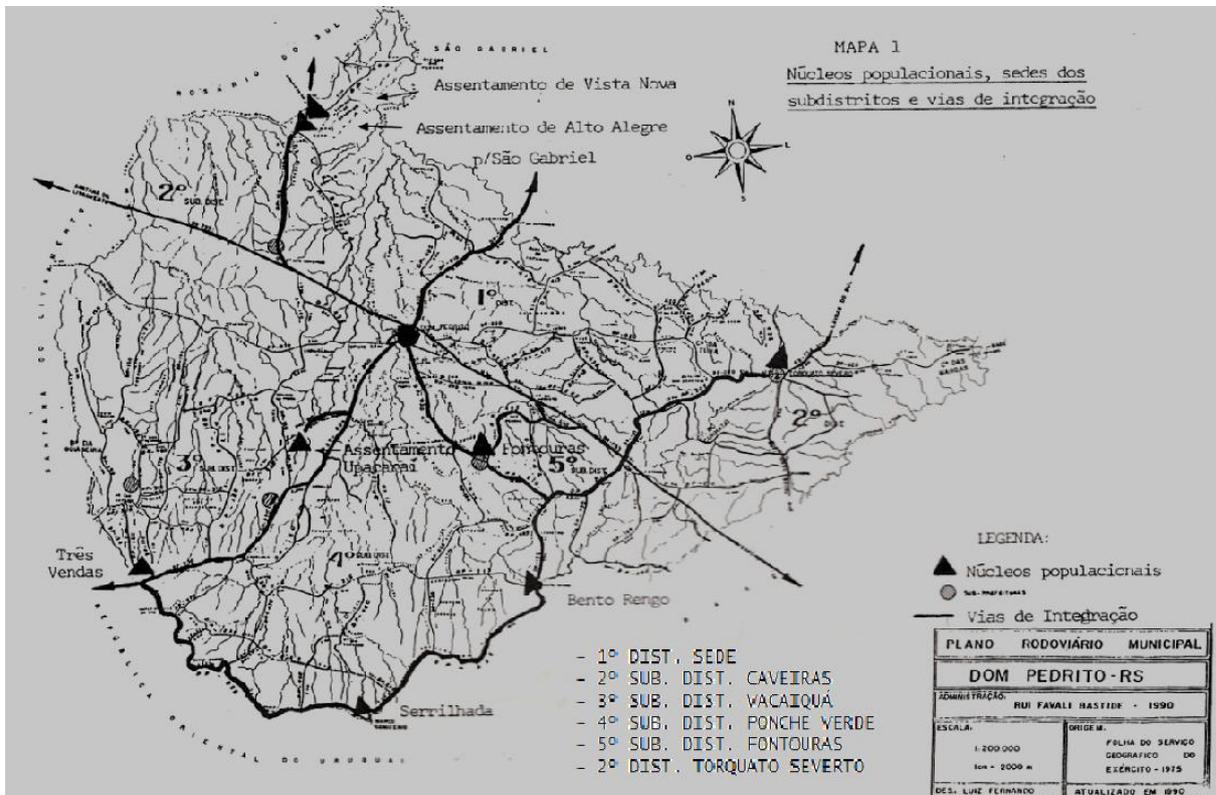
O município de Dom Pedrito possui área de 5.192,095 Km² e situa-se na fronteira Oeste do Rio Grande do Sul sobre o paralelo 31. Ao Norte tem limite com os municípios de Rosário do Sul, São Gabriel e Lavras do Sul, a Leste com o município de Bagé, a Oeste com Sant'Ana do Livramento e ao Sul com a República Oriental do Uruguai.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita do município é de R\$ 19.104,00 (FEE 2010) possui o Índice de Desenvolvimento Humano de 0,708, considerado um índice relativamente bom, porém se analisarmos o índice que mede as desigualdades sociais, o Índice Gini, é de 0,42 pode-se concluir que existe desigualdade levando em consideração que Dom Perito é o município com índice de desigualdade está entre os maiores da região da fronteira e comparando com o da capital Porto Alegre 0,45 é pouco menor, sendo que o Índice Gini do país é de 0,56 segundo dados do PNUD.

O município divide-se em dois subdistritos Dom Pedrito e Torquato Severo, onde o Distrito Sede subdivide-se em quatro subdistritos: Campo Seco, Vacaicuaá, Ponche Verde e Fontouras. Os Subdistritos de Campo Seco e Ponche Verde abrigam três assentamentos, sendo que dois deles ficam no Subdistrito de Campo Seco e um no Subdistrito do Ponche Verde.

Segundo dados coletados na EMATER (2013) existem 47 famílias assentadas no 2º subdistrito de Campo Seco, no qual 17 famílias residem no assentamento Alto Alegre e as outras 30 famílias residem no assentamento Vista Nova. No 4º subdistrito denominado Ponche Verde existem 37 famílias residentes no assentamento Upacarai. Conforme pode ser visualizado na figura 1.

Figura 1 - Mapa de Dom Pedrito ilustrando subdistritos e assentamentos.



Fonte: Souza (1995 p. 153).

2.1.1 Assentamentos no Município de Dom Pedrito

Hoje o município de Dom Pedrito possui três assentamentos, cujos dois deles encontram-se ao norte, no 2º subdistrito do município Campo Seco – divisa com o município de Rosário do Sul - são eles: Vista Nova e Alto Alegre. E um ao sul, no 4º subdistrito Ponche Verde, o assentamento Upacarai.

Os três assentamentos são do INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, sendo que Upacarai e Vista Nova foram obtidos no ano de 1988 e Alto Alegre em 1989, porém os três foram criados somente em 1999.

De acordo com JORNAL PONCHE VERDE 10/12/1988 (apud Chelotti 2010, p. 210/211) a secretaria municipal da agricultura adquiriu 10 quadras de sesmaria para assentamento de colonos sem-terra no Campo Seco. O presidente da associação dos agricultores Rui Raguzzoni afirmou que a classe não era contra a decisão, mas que deveriam dar prioridades aos colonos sem-terra residentes no município que há muito tempo lutavam contra várias dificuldades.

No final da década de 1980, que se consolidaram os assentamentos, sobretudo, os que ainda existem no Campo Seco. Os grandes agricultores não se opuseram a implantação dos assentamentos, mas também não estavam totalmente a favor, pois havia colonos sem-terra do norte do estado instalando-se no município.

Segundo Souza (1995, p.76), nos assentamentos cada agricultor recebeu 16 ha com terra de boa qualidade, quando no ano de 1995, havia o cultivo de arroz, milho, soja e criação de pequenos animais para a subsistência. Atualmente ainda possui esse mesmo panorama, pelo que se pode perceber não houveram mudanças em suas produções.

2.1.1.1 Assentamento Vista Nova

Localizado a 50 km de Dom Pedrito, foi formado com trabalhadores provenientes do Alto Uruguai, dos acampamentos da Fazenda Annoni³ e Rincão do Ivaí. Parte deste assentamento localiza-se em Dom Pedrito e outra no município de Rosário do Sul.

Distante 42 km da cidade, a fazenda Vista Nova, no Campo Seco, não é igual a tantas outras do município; é que ali está começando um processo totalmente novo para os pedritenses: o assentamento de Colonos. Eles foram chegando em grupos, outros atrasados e acamparam a esquerda da estrada, embaixo de eucaliptos, erguendo pequenas barracas cobertas por plásticos onde abrigam seus filhos e esperanças. [...] E assim eles foram chegando ao município. Muitos foram meeiros ou empregados rurais, alguns pequenos produtores que esperam contar com assistência técnica e financiamento para trabalhar (JORNAL PONCHE VERDE 21/01/1989 (apud Chelotti 2010, p. 212)).

Neste trecho a respeito do Vista Nova, podemos perceber que foi o primeiro assentamento do município. De acordo com Souza (1995, p.80), receberam 16,5 ha cada família.

Souza (1995, p. 81) complementa que há 18 anos também sofriam deficiências como: falta de recursos para construção de redes particulares de transmissão de energia, construção de açudes e poços artesianos, além da falta de água para irrigação e consumo doméstico.

Atualmente, esse assentamento possui energia elétrica em todas as casas, algumas casas possuem açudes, poços e a captação da chuva.

Hoje são 741,33 hectares com 34 famílias assentadas, no qual 14 famílias são originais do assentamento. Entre 34 famílias, 31 estão em estado regular e três em estado irregular e seis famílias residem na zona urbana. (EMATER⁴).

³Sarandi/RS sua ocupação foi apontada como marco da criação do MST.

Segundo dados coletados na EMATER das 34 famílias, somente quatro recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

2.1.1.2 Assentamento Alto Alegre

Souza (1995, p.80) afirma que Alto Alegre localizada a 48 km de Dom Pedrito, possuem lotes de 16,4 há e dispõe de uma pequena barragem. Esse assentamento também se encontra localizado no 2º subdistrito do município, segundo dados coletados da EMATER, e possui 14 famílias assentadas, em que duas famílias são originárias do assentamento e cinco são filhos dos originários. Esta localizada totalmente no município de Dom Pedrito.

Citando ainda Souza (1995, p. 80), há 18 anos possuíam algumas deficiências tais como: ausência de transporte coletivo; falta de água para consumo doméstico; escassez de recursos financeiros para investimento e custeio, e não existia energia elétrica. Havia uma escola junto ao assentamento da pré-escola até a quarta série, após a quarta série estudavam em uma escola a 20 km do local e era disponibilizada condução para esses alunos.

Hoje todas as famílias que compõem o assentamento possuem energia elétrica, transporte coletivo, cujo passa uma vez por semana e algumas das famílias do assentamento possui o acesso ao PRONAF como política de crédito. A escola próxima ao assentamento oferece até a sexta série do ensino fundamental.

De acordo com dados coletados na EMATER das 14 famílias assentadas, apenas 4 recebem o benefício do Programa Bolsa Família.

2.1.1.3 Assentamento Upacaráí

Em 1989 foram assentadas pelo INCRA famílias de agricultores originários do Alto Uruguai. Algumas famílias abandonaram glebas tendo sido substituído por outras.

Este assentamento encontra-se no 4º subdistrito do município de Dom Pedrito, o Ponche Verde, distante há 24 km da sede, com 40 lotes de 14,5 ha e, segundo dados coletados na EMATER, 30 famílias assentadas, sendo que 13 famílias são originárias do assentamento.

Souza (1995, p.77) cita que a área de cada lote deveria ser 16,4 ha, mas com a construção da barragem no local, diminuiu dois ha.

⁴Dados obtidos através de entrevista realizada nas instalações da EMATER sede Dom Pedrito/RS.

Souza (1995, p. 77) acrescenta que há 18 anos já existia energia elétrica. Porém, havia dificuldade no transporte, pois os assentados deslocavam-se para a cidade como caroneiros. Na urgência, quando alguém adoecia, pediam ajuda a algum fazendeiro vizinho. No mérito educação havia uma escola de ensino fundamental à proximidade, mas por falta de estrutura era oferecido até 5ª série.

Hoje ainda possuem dificuldade na questão do transporte e a escola próxima ao assentamento oferece o ensino fundamental completo.

Conforme dados coletados na EMATER das 30 famílias assentadas, 14 são beneficiados com o Programa Bolsa Família.

2.2 O Programa Bolsa Família

A fim de diminuir as desigualdades sociais existentes no país, em outubro de 2003, foi implantado o Programa Bolsa Família. Formou-se a partir da fusão de outros programas, como: Bolsa Escola, Cartão Alimentação, Auxílio-Gás e Bolsa Alimentação, todos criados no período 2001- 2003.

Definido como transferência direta de renda com condicionalidades tem como público alvo famílias que vivem em situação de pobreza (renda mensal de R\$ 70,00 a R\$ 140,00 por pessoa) ou extrema pobreza (renda mensal de R\$ 70,00 por pessoa). Segundo Secretaria Nacional de Renda e Cidadania, este programa é responsável por tirar mais de 33 milhões de famílias da situação de pobreza absoluta.

Currallero et al (2010, p. 159) diz que em relação à implantação e gestão do PBF cada município tem seu papel importante como o cadastro dos beneficiados e o acompanhamento das condicionalidades. Cada município possui um gestor municipal eleito pelo prefeito que será responsável pelo Cadastro Único e o Programa Bolsa Família a nível local.

De acordo com Castro et al (2010, p. 319) o PBF não é e nunca será considerado como um programa de geração de oportunidade. O PBF somente concede recursos para melhoria da qualidade de vida e aumento de renda, não proporcionando nenhum incentivo à produção para que a família não dependa mais do benefício. A partir disso, as condicionalidades não devem ser duramente cobradas, pois os mais vulneráveis poderão não conseguir seguir as condicionalidades do PBF.

Por outro lado, Soares (2010, p.54) discorre que, se PBF for visto como um programa de geração de oportunidades deve ser completado com programas e políticas na área de trabalho e renda através de programas de treinamento e geração de emprego para que

as famílias saíam da pobreza por meio de sua própria renda. Neste caso, as condicionalidades devem ser aumentadas e cobradas com mais rigor pelo fato de que as famílias que não conseguirem cumprir as condicionalidades não estão aptas a seguirem a estratégia do programa.

Os autores citados acima discorrem sobre a deficiência do PBF, o primeiro vê o PBF apenas como concedente de recursos para melhoria da qualidade de vida, sendo importante amenizar as condicionalidades para que os mais vulneráveis possam acompanhar de maneira efetiva. Já o segundo autor acredita que o PBF pode ser um gerador de oportunidades, visto que devem ser modificados seus critérios de condicionalidades, concedendo além de recursos, capacitação para os beneficiários.

Com relação à autonomia das famílias, pode-se dizer que a ausência de indução de programas de geração de emprego e renda representa uma importante debilidade do PBF, uma vez que não há uma diretriz clara pautada na intersetorialidade e intergovernabilidade para atuar sobre as causas da precariedade de inserção da população adulta no circuito produtivo. (SENNA et al 2007, p. 93).

Com o benefício do PBF, as famílias tem autonomia para usá-lo como bem entenderem. Com as condicionalidades impostas pelo programa, a educação e a saúde estão garantidas, mas a alimentação, saneamento e o acesso ao trabalho não tem como garantir.

2.2.1 Cadastro das Famílias no Programa Bolsa Família

O cadastro dos beneficiários do PBF é feito através do Cadastro Único para Programa Sociais do Governo Federal – CadÚnico e Busca Ativa.

O Cadastro Único é um banco de dados que contém informações das famílias de baixa renda (até três salários mínimos ou famílias com renda de até meio salário mínimo por pessoa). Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o Cadastro Único é uma ferramenta importante para que os governos possam conhecer melhor as famílias de baixa renda, para assim, poder disponibilizar serviços sociais para esse público-alvo. O Cadastro Único está presente em todos os municípios.

De acordo com Cotta e Paiva (2010, p. 59) o aumento dos programas de transferência de renda no governo FHC resultou na multiplicidade de base de dados para a identificação e seleção dos beneficiários dos programas, sendo assim, não haveria um controle dos beneficiários dos programas, resultando em dificuldade para saber se existiam pessoas inseridas em mais de um programa. Esse problema operacional levou o governo a criar o

Cadastro Único, um sistema de base de dados que reúne informações socioeconômicas das famílias que passaram por ele.

Para cadastrar a família no Cadastro Único são necessários: Carteira de Identidade, CPF, comprovante de residência e comprovante de renda. Todos os documentos do responsável familiar.

Segundo Barros et. al (2010, p. 189) o CadÚnico é formado por três questionários, cada qual com sua característica. O primeiro coleta informações a respeito do município, o segundo contém informações sobre o domicílio e o terceiro reúne informações a respeito de cada membro que compõem a família.

A partir destes questionários é feito o processo seletivo das famílias que irão receber o benefício mediante uma avaliação das condições de vida dos cadastrados. Essas avaliações de condições de vida levam em consideração os componentes básicos de condições de vida: vulnerabilidade⁵, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais.

Barros (2010, p. 181) comenta que a responsabilidade do cadastramento é dos municípios. As prefeituras são responsáveis por todo o processo de cadastro das famílias incluindo a atualização e fidelidade dos dados inseridos no cadastro.

Busca Ativa são equipes volantes de assistência social, que vão à procura de famílias que não tem acesso à informação e que vivem em condições de pobreza ou pobreza extrema, tais como moradores de rua, remanescentes de quilombo ou indígenas. A Busca Ativa torna-se um elemento importante para essa população que embora faça parte de um pequeno grupo ainda existe e ainda não faz parte do Programa Bolsa Família. Assim que as equipes volantes encontram essa população inserem seus dados no CadÚnico para que assim possam receber o benefício.

2.2.2 O Programa Bolsa Família para o Município

Segundo Relatório de Informações Sociais o PBF em maio de 2013 beneficiou 2.507 famílias no município de Dom Pedrito – RS, cobrindo 95,9% da pobreza do município, concedendo renda com média de R\$ 134,05 por família em um total de R\$336.070,00.

⁵Informações no CadÚnico é possível descreve quatro componentes de vulnerabilidade: Gestação e amamentação; crianças, adolescentes e jovens; portadores de deficiência e idosos; dependência econômica.

Primeiramente deve ser indicado pelo prefeito um Gestor Municipal para o Programa Bolsa Família e do Cadastro Único. Este gestor fará a articulação entre as áreas de assistência social, saúde, educação, entre outras para a viabilização da gestão do programa, além de manter os dados atualizados. Há necessidade também de uma pessoa responsável pelas áreas de educação e saúde, para o acompanhamento das condicionalidades do programa no município. Cabe ao gestor à averiguação de inconsistências ou irregularidades nos dados cadastrados, caso haja suspeita de irregularidade, o município deve fazer a apuração.

Cada cidade tem uma meta de atendimento (vagas) no Programa Bolsa Família, baseada em estimativas calculadas com base no Censo. Se a cidade ainda não preencheu todas as vagas disponíveis, é necessário fortalecer as ações de Busca Ativa. Se, pelo contrário, o município tem muito mais famílias do que a estimativa, isso pode ser um sinal de que é necessário dar maior atenção à qualidade e atualização das informações do Cadastro (MDS 2013).

2.2.3 Condicionais

Com o intuito de não só aumentar a renda da população, mas também a qualidade de vida, o Programa Bolsa Família tem dentre suas condicionalidades a garantia de saúde e educação aos beneficiários do programa, são elas: crianças de até sete anos devem ser vacinadas e ter acompanhamento nutricional; gestantes precisam fazer o pré-natal, e crianças e adolescentes de seis a dezessete anos devem frequentar a escola, obtendo 85% de frequência escolar (Lei nº 10.836).

De acordo com Soares (2010) existem vertentes que definem o PBF, como proteção social. E ao colocar contrapartidas excessivas serão as famílias mais vulneráveis que não terão condições de cumprir as exigências mais rigorosas.

Segundo Rizzotti et al (2010) o não cumprimento das condicionalidades do PBF é associado a situações de grande vulnerabilidade das famílias, sendo importante conhecer o motivo do descumprimento e atuar nele, para que a situação não seja agravada.

Cotta e Paiva (2010) afirmam que as condicionalidades induzem a busca de alteração do comportamento dos adultos das famílias vulneráveis através do recebimento de prêmio financeiro por tomar atitudes socialmente corretas. A partir dessas atitudes as famílias no futuro podem chegar à independência do benefício mantendo a qualidade de vida de sua família.

Portanto, as condicionalidades tornam-se importantes para o programa, pois as famílias inseridas nele não só aumentam sua renda, mas também aprendem a viver com melhor qualidade. Mas por outro lado, essas condicionalidades em excesso podem acarretar no desligamento do programa, principalmente por parte das famílias mais vulneráveis, pois não conseguem dar continuidade as contrapartidas impostas para poder receber o benefício.

As condicionalidades em relação à educação são de responsabilidade das secretarias municipais de educação. O MEC disponibiliza uma lista⁶ das crianças que pertencem ao programa às secretarias municipais de educação juntamente com formulários onde deverão ser preenchidas as frequências das crianças. Os formulários das escolas estaduais também são de responsabilidade da secretaria municipal de educação.

Segundo Soares (2010, p.38) este processo é realizado cinco vezes por ano, uma vez a cada dois meses, não sendo realizado, somente no período de férias escolares. Esses dados são repassados ao MEC e ao MDS.

No tocante a saúde, o acompanhamento é feito pelos municípios através da Estratégia de Saúde da Família, que de acordo com Currello et al (2010, p. 170) ainda é insuficiente, de modo que é uma das principais limitações para a expansão do acompanhamento das famílias.

As condicionalidades são importantes para que o programa alcance seus objetivos, mas torna-se mais importante a melhoria dos órgãos responsáveis pelo acompanhamento das condicionalidades.

Segundo dados obtidos no Relatório de Informações sociais, dentre os beneficiários do PBF, a frequência escolar em maio de 2013 atingiu 93,58% das crianças de 6 a 15 anos, em outras palavras, de 2.696 crianças, 2.523 frequentaram regularmente à escola. E os adolescentes de 16-17 anos atingiram 78,81% de frequência escolar, quer dizer que de 453 adolescentes, 357 obtiveram até 85% de frequência na escola. Na questão da saúde o acompanhamento atingiu 66,68% das famílias, representa 1.349 famílias de 2.023 que compunham o público no perfil para acompanhamento da área de saúde do município.

Esses dados são importantes para entendermos como o programa pode auxiliar nas condições de vida das pessoas que o recebem, pois a renda é transferida conforme as condicionalidades são cumpridas regularmente.

⁶A lista disponibilizada pelo MEC, são geradas pelo MDS através do CadÚnico.

2.2.4 Os Beneficiários e Benefícios

A partir do CadÚnico as famílias são selecionadas automaticamente e impessoalmente pelo sistema no âmbito da gestão federal do programa, a prioridade é das famílias de menor renda. São selecionadas as famílias com renda per capita de R\$1,00 a R\$140,00 mensais.

A Caixa Econômica Federal tem um papel importante no Programa Bolsa Família, pois é ela o órgão operador e pagador, além de processar as informações levantadas através do CadÚnico levantadas pelos municípios.

Os benefícios transferidos pelas famílias são compostos da seguinte forma:

a) Benefício Básico (R\$70,00)

Famílias com renda per capita igual ou menor que R\$ 70,00

b) Benefício Variável Crianças de 0-15 anos (R\$ 32,00)

Crianças de 0-15 anos

c) Benefício Variável à Gestante (R\$ 32,00)

Concedidos às gestantes, pagamento de nove parcelas consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a gestação tenha sido identificada até o nono mês;

d) Benefício Variável à Nutriz (R\$ 32,00)

Crianças com idade entre 0 e 6 meses, pagamento de seis parcelas mensais consecutivas, a contar da data do início do pagamento do benefício, desde que a criança tenha sido identificada no Cadastro Único até o sexto mês de vida.

Esses benefícios acima descritos são limitados a cinco por família, levando em consideração que todos os beneficiários devem ser cadastrados no Cadastro Único.

e) Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (R\$ 38,00)

Adolescentes entre 16 e 17 anos – apenas dois desse benefício por família.

Dentre esses benefícios existe ainda o benefício superação da extrema pobreza na primeira infância para crianças de zero a seis anos de idade onde mesmo recebendo os benefícios do programa ainda segue na situação de pobreza extrema, o valor corresponde ao necessário para que ultrapasse os R\$ 70,00 por pessoa.

No caso das gestantes que recebem o benefício, serão pagas as nove parcelas independentes de quando a beneficiária seja identificada como gestante. Após a concessão do benefício será indispensável o acompanhamento com pré-natal se a gestante já é beneficiada

com o programa recebendo o valor variável de R\$ 32,00 por mês durante os nove meses de gestação.

As famílias recebem o benefício através da transferência de renda que o governo faz todos os meses, através do cartão magnético que fica geralmente no nome da mulher, para tal é necessário que as condicionalidades estejam em dia, como a frequência das crianças e adolescentes, as vacinas e acompanhamento nutricional das crianças e o pré-natal das gestantes.

2.3 Medições de Pobreza e Desenvolvimento

Rocha (2003, p. 9) descreve a pobreza como um fenômeno complexo, podendo ser definida como situação onde as necessidades não estão sendo atendidas de maneira correta.

“Medir a pobreza não significa aliviá-la, mas pode ser um passo importante nesta direção” (RATTNER, 2010, p.76).

Para Rocha (2003) é necessário adotar instrumento de medida da pobreza em um contexto específico. O instrumento depende do bom senso ao definir primeiramente o que é pobreza.

A pobreza, por se tratar de um fenômeno social complexo, constitui um problema de difícil mensuração e sua medida varia de acordo com a sua conceituação. Se enfocada de forma unidimensional, a medida se dá via linha de pobreza. Se considerado o enfoque multidimensional, tem-se como exemplo os índices que consideram mais dimensões além da renda via linha de pobreza (MARIN et al 2012 p. 5).

De modo bastante simples pode-se dizer que pobreza corresponde à condição de não satisfação de necessidades humanas elementares como comida, abrigo, vestuário, educação, assistência à saúde, entre várias outras (MONTEIRO, 2003).

O conceito de pobreza conforme o autor pode ser alterado, para isso é necessário que sejam impostos parâmetros para a definição correta. Complexa ou simples existem dois tipos de medida, pela renda e pela satisfação das necessidades básicas.

2.3.1 Pobreza em Relação à Renda

Neste caso é definida uma linha de pobreza, podendo ser a pobreza extrema ou relativa. Este tipo de medida através da renda mede somente no tocante a renda familiar e não em relação às condições de vida dos indivíduos.

De acordo com Rocha (2003, p. 14) as linhas de pobreza estão relacionadas com o estabelecimento de valores que tenha como referência o nível de vida que predomina na sociedade estudada.

Segundo Marin et al (2010, p. 05) o Banco Mundial afim de fazer comparações internacionais sobre bens e serviços determinou a linha de pobreza que encontra-se em quem recebe menos de US\$ 1,00 por dia. Atualmente passou para US\$ 1,25 por dia.

Uma linha de pobreza pretende ser o parâmetro que permite, a uma sociedade específica, considerar como pobres todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor (BARROS, 2001, p. 02).

Paolino (2012, p. 283) cita que a linha de pobreza deve ser equivalente a um nível de gasto de consumo da família que possibilite a obtenção de alimentação que satisfaça os requerimentos nutricionais e cobrir gastos com as outras necessidades básicas.

Já para Araújo et al (2012, p.8) a linha de pobreza absoluta é definida pela renda suficiente para dispor de uma cesta de alimentos contendo quantidade calórica mínima para a sobrevivência dos indivíduos. As pessoas que vivem abaixo dessa linha são consideradas indigentes.

O primeiro e o terceiro autores relacionaram a linha de pobreza com o padrão de vida da sociedade estudada, já o segundo autor levantou o valor estipulado pelo Banco Mundial. É importante salientar que o Banco Mundial firmou esse valor com o propósito de comparar a renda no âmbito mundial e não somente em determinado local. É considerado pobre todo aquele que tem a renda abaixo da linha da pobreza. Já o quarto autor relaciona a linha de pobreza com a satisfação das necessidades básicas da família. O último autor relata que a linha de pobreza é definida através de uma cesta de alimentos com valor nutricional mínimo para a sobrevivência dos indivíduos.

Em primeiro lugar, a noção de pobreza absoluta, segundo a qual ser pobre é ter menos do que um padrão mínimo, objetivamente definido, em termos de consumo, relacionado diretamente com questões de sobrevivência física. Em segundo lugar, a noção de pobreza relativa, segundo a qual ser pobre significa ter menos posses do que os outros membros da sociedade, e essa privação afeta questões de convívio social, dependendo fundamentalmente do modo de vida da sociedade. Em terceiro lugar, a noção de pobreza subjetiva, segundo a qual cada indivíduo pode se autodenominar pobre se sentir que não tem o suficiente para satisfazer as suas necessidades. HAGENARS & DE VOS (1988 apud MARTINI 2009, p. 8).

Segundo Crespo e Gurovtz (2002, p. 4) pobreza relativa acontece quando um determinado indivíduo tem menor atributo desejado, renda, se comparado com os demais indivíduos. A pobreza absoluta acontece quando o indivíduo encontra-se abaixo da linha de

pobreza. A pobreza subjetiva ocorre em indivíduos que possuem uma visão abstrata do que deveria ser grau suficiente de satisfação de necessidades.

Para Espínola et al (2005, p. 3) pobreza absoluta está ligada a ausência ou insuficiência de renda para satisfazer as necessidades sociais e a sobrevivência física. A pobreza relativa refere-se às necessidades a serem satisfeitas segundo o modo de vida da sociedade a ser estudada. Pobreza subjetiva ocorre quando existe sentimento de exclusão social e impotência, está ligada a opinião dos indivíduos.

Os autores discorrem sobre as formas de pobreza em relação à renda, na verdade, todos os três mencionam as formas de pobreza relacionadas a renda de forma parecida. Portanto, a pobreza relativa é relacionada com o modo de vida da sociedade em que o indivíduo está inserido, a pobreza absoluta é falta ou insuficiência de recursos para atender as necessidades básicas e a pobreza subjetiva é quando o indivíduo acredita que os recursos que ele dispõe não são suficientes para atender as suas necessidades.

Este tipo de medição de pobreza tem suas limitações, pois não temos como medir o quanto à população passa por privações somente através da renda.

Segundo Amarante (2000 apud Paolino, 2012 p. 284) essa renda atual poderá ser de situação conjectural, que podem aumentar por meio de endividamentos, considerados por esse tipo de análise. O autor também cita que ao longo da vida existem situações em que passam por períodos de maior e menor pobreza.

2.3.2 Conceito de Necessidades Básicas e Qualidade de Vida

Kageyana e Hoffmann (2003 p. 87) discorrem bem sobre o assunto necessidades básicas:

As necessidades básicas para o desenvolvimento humano devem compreender a capacidade de ter uma vida longa e saudável, ter acesso à educação e um padrão de vida decente (reduzindo a pobreza e a fome) e poder exercer as liberdades políticas e civis para participar da vida em comunidade.

Para Paolino (2012 p.285), a medida de pobreza através da renda não permite conhecer a existência ou não de necessidades básicas insatisfeitas, tais como educação, moradia, acesso a água e serviços sanitários, entre outros.

Para avaliação/mensuração de qualidade de vida existem dois propósitos:

O primeiro ocorre examinando os recursos disponíveis, a capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades;
A segunda forma é avaliar as necessidades, através dos graus de satisfação e dos patamares desejados. Podemos, assim, tentar mensurar a qualidade de vida pela distância entre o que se deseja e o que se alcança, ou seja, pelos estágios de

consciência a respeito dos graus de prazer ou felicidade experimentados. SCANLON, IN NUSBAUM & SEM (1995, p. 185 apud HERCULANO 2000);

De qualquer maneira, os indicadores a cerca da qualidade de vida são subjetivos e vai de encontro à maneira como determinada sociedade vive, pois os critérios utilizados tem conformidade com a realidade da população a ser estudada.

Podemos afirmar que satisfação de necessidades básicas e qualidade de vida andam juntas, pois ambas são importantes para o desenvolvimento da sociedade e uma faz parte da outra.

2.3.3 Medidas da pobreza na abordagem da capacitação

Seguindo o raciocínio de que a pobreza nada mais é do que uma privação das capacitações básicas, esse tipo de medida baseia-se no bem estar dos indivíduos, por isso tem uma abordagem maior que a de atender as necessidades básicas.

Kuhn (2008, p.16) define a abordagem das capacitações como sendo processos que possam atingir formas de aumento de possibilidade para indivíduo em relação à vida que gostariam de ter. Resumidamente, o autor cita que o indivíduo precisa ter liberdade para tomar suas próprias decisões e possuir a vida do jeito que gostaria.

Araújo et al (2012, p. 12) menciona capacitação junto a palavra “liberdade”, a liberdade para obter estilos de vida diversos.

A medida da pobreza com abordagem na capacitação vai além da satisfação das necessidades básicas, diz respeito à capacidade de autonomia de sua vida, podendo viver ela como bem entender, com toda a liberdade de decisões que possa ter.

Com relação aos índices de pobreza multidimensionais, Kageyana e Hoffmann (2003, p. 87), citam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e Índice de Pobreza Humana (IPH).

Já para Marin et al (2010, p. 7/8) são considerados índices multidimensionais o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o Índice Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado as Desigualdades (IDHAD), Índice de Desigualdade de Gênero (IDG), Índice de Pobreza Humana (IPH) e o Índice Multidimensional de Pobreza (IMP).

Para Rattner (2010, p. 77) é considerado um indicador somente, o Indicador Multidimensional de Pobreza (IMP). Junto a esse indicador existem mais dez que são questões fundamentais para a sobrevivência e bem estar humano. Segundo o autor o lar é considerado pobre se falhar em 30% dos dez indicadores.

Existe vários tipo de medidas baseados na capacitação dos indivíduos, esse tipo de medida é chamada também de multidimensional, pois leva em consideração vários parâmetros para determinar a pobreza.

2.3.3.1 Índice do Desenvolvimento Humano – IDH

O IDH compreende três dimensões: longevidade, educação e renda. A primeira dimensão é representada pela expectativa de vida ao nascer. A segunda engloba duas variáveis: a taxa de alfabetização e a taxa combinada de matrículas dos níveis primário, secundário e superior. O PIB per capita, corrigido para refletir as disparidades no poder de compra (PPC), foi adotado para medir a dimensão renda. PNUD 2007 apud MARIN et al 2010 p. 8).

Segundo Lopes et al (2003, p. 8) o IDH tem como base os aspectos fundamentais do desenvolvimento humano focando nas oportunidades que os indivíduos devem possuir permitindo a inserção social.

De acordo com Minayo (2000, p. 05) o IDH foi elaborado para desviar o foco de desenvolvimento de cunho puramente econômico para aspectos sociais e culturais. O autor ainda discorre que o IDH é um indicador que sintetiza a qualidade de vida que, de maneira mais simples, soma e divide por três os níveis de renda, saúde e educação de determinada população.

O IDH foi desenvolvido para poder medir não somente as questões econômicas de determinada população, mas também as questões de qualidade de vida, dando atenção à renda, saúde e educação.

Como todo o índice utilizado para medidas de pobreza tem suas limitações, abaixo encontramos algumas citações a respeito:

O IDH discrimina pouco os países ou regiões mais desenvolvidas entre si, pois aí, as taxas de analfabetismo têm diferenças irrisórias, e apresenta problemas de consistência metodológica quando aplicado a limites geográficos mais restritos, nos quais provavelmente os rankings produzidos seriam meras reproduções, com poucas diferenças, da diferenciação da renda CARDOSO (1998 apud MINAYO 2000 p. 06).

Segundo Guimarães e Jannuzzi (2005, p. 79) o IDH tem como base médias nacionais que acabam ocultando as desigualdades existentes no interior de cada país.

Como podemos perceber o IDH é uma medida de pobreza em que não mostra a realidade sobre determinada região, pois existem países ou regiões com concentração de riqueza maior que pobreza acarretando em um resultado que não condiz com a realidade.

2.3.3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado as Desigualdades - IDHAD

Criado a partir de críticas ao IDH, principalmente pelo fato de que a desigualdade não era retratada:

O IDH ajustado às desigualdades (IDHAD) capta as distorções no desenvolvimento humano decorrentes das desigualdades na saúde, na educação e no rendimento e considera além das dimensões saúde, educação e rendimento a maneira como está distribuído. Dessa forma, em uma sociedade onde todos os indivíduos tivessem o mesmo bem-estar e oportunidades o IDH seria igual ao IDHAD. O Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2010) destaca o IDHAD como sendo um índice potencial, o máximo atingido caso não houvesse desigualdades, e a diferença entre os dois índices é a perda causada pela desigualdade.

De acordo com Relatório de Desenvolvimento Humano RDH (PNUD 2011, p.31) a ideia básica é intuitiva partindo do princípio que escolaridade e longevidade são importantes para viver de maneira aprazível, acarretando assim, na preocupação com a distribuição igualitária. No RDH ainda consta que o IDHA é uma medida incompleta por não dar atenção à capacitação, porém, ainda assim torna-se mais completo do que a concentração somente na desigualdade de rendimentos.

Assim como o IDH, o IDHAD tem sua limitação por não levar em consideração a capacitação, mas retrata as desigualdades. Portanto, quando existe uma igualdade perfeita, ou seja, quando o IDH e o IDHAD são iguais, quanto maior é a diferença entre eles e mais desigualdade existe.

2.3.3.3 Índice de Desigualdade de Gênero - IDG

O índice de desigualdade de gênero (IDG), que calcula a desigualdade das mulheres em relação aos homens considerando três dimensões, designadamente a saúde reprodutiva feminina assim como a capacitação (educativa e política) e a atividade econômica (participação no mercado de trabalho) de mulheres e homens. (COSTA 2012 p. 14).

Segundo RDH (PNUD 2008, p. 360) o IDG é importante para a reflexão da desigualdade entre homens e mulheres, em que as dimensões adotadas são: vida longa e saudável, sendo calculada através da expectativa de vida ao nascer; nível de conhecimentos, medido pela taxa de alfabetização de adultos e pela taxa de escolarização bruta combinada do ensino primário, secundário e superior; um nível de vida digno, medido pelo rendimento auferido estimado (PPC em USD).

O IDG mede as desigualdades entre homens e mulheres, no qual o resultado igual à zero condiz a nenhum tipo de desigualdade e, o resultado igual a um representa na total desigualdade. O IDG aumenta quando há desigualdade entre as dimensões acarretando no aumento do índice.

2.3.3.4 Índice de Pobreza Humana - IPH

É realizada de país em país a fim de retratar a perspectiva do desenvolvimento humano e de analisar aspectos de determinada população pobre. Possui três variáveis, a vulnerabilidade à mortalidade prematura, o analfabetismo e o padrão de vida abaixo do aceitável.

Segundo o RDH (PNUD 2011, p. 273) subdividiu-se em IPH1 para países subdesenvolvidos e IPH2 para países desenvolvidos. Esses índices utilizam indicadores distintos para retratar melhor os diferentes tipos de pobreza que ocorre nos países subdesenvolvidos e desenvolvidos. As diferenças estão na porcentagem de pessoas não esperadas a sobreviver, em que o IPH1 é de 40 anos e o IPH2 é de 60 anos. Na questão nível de conhecimento, na IPH1 entra a situação do analfabetismo adulto e na IPH2 entra o analfabetismo funcional adulto.

Existem dois tipos de IPH que foram adequados à situação da população a ser estudada e, é importante salientar que são apenas três variáveis, assim como o IDH e a questão da capacitação ainda não incluída.

2.3.3.5 Índice de Pobreza Multidimensional - IPM

Foi lançado no RDH 2010, a fim de medir vários déficits humanos, como combustível moderno para cozinhar, água potável e saneamento básico. Segundo RDH (PNUD 2010, p. 5) o fim desses tipos de privações podem aumentar as capacidades de ordem superior ampliando o poder de escolhas da população e resultando no desenvolvimento humano.

O IPM, calculado em função de um conjunto de privações das famílias, designadamente nos domínios da saúde (deficiências de nutrição e mortalidade infantil), da educação (ausência de qualquer grau de escolarização completa ou crianças em idade escolar, não matriculadas no sistema de ensino) e do padrão de vida (carências graves, na casa, de eletricidade, água, saneamento, revestimento do chão, combustíveis para cozinhar, e em equipamentos de transporte e comunicação). (COSTA 2012, p. 14).

No RDH 2010, para acompanhar as mudanças de cunho social, que ocorreram nos últimos 40 anos foram inseridas novas atualizações dos índices que medem a pobreza.

É importante ressaltar que ampliando os indicadores dos índices, os resultados serão mais precisos e a questão da capacitação será tratada de melhor maneira, indo em direção a independência por parte da população carente com relação aos programas de transferência de renda que o governo disponibiliza.

Cada autor leva em consideração determinado índice, mas em uma coisa concordam, todos são baseados na satisfação das necessidades básicas e na sua colocação frente às decisões que deverão ser tomadas para viver sua vida do jeito que bem entender. Todos os índices têm determinadas variáveis que devem ser consideradas para chegar ao resultado.

As medições com abordagem a renda e à capacitação podem ser utilizadas para dimensionamento da pobreza ao mesmo tempo, cada qual com sua especificidade.

2.4 A Pobreza no Meio Rural

Segundo Censo Demográfico 2010 (IBGE 2010) existem 16,2 milhões de pessoas em grau de pobreza extrema no Brasil. Dentre a população com renda per capita entre R\$ 1,00 e R\$ 70,00 totalizaram um total de 11,4 milhões e as pessoas que no mês da pesquisa estavam sem rendimentos eram no total de 4,8 milhões.

Ainda de acordo com o Censo Demográfico 2010 (IBGE 2010) nesse grupo não foi somente verificado a falta de renda, mas a privação de fatores importantes para atender as necessidades básicas e segurar a qualidade de vida. Dentre esse total de 16,2 milhões de pessoas que vivem em pobreza extrema, 46,7% encontram-se no meio rural, um equivalente a 7,6 milhões de pessoas.

As estruturas fundiárias, as formas predominantes de acesso à terra e água e as relações de trabalho que caracterizam a atividade agropecuária das regiões introduzem, na configuração da pobreza rural, elementos importantes que, em um espaço tradicionalmente marcado pelo baixo nível de monetarização – decorrente da baixa remuneração do trabalho, do papel da produção para subsistência e outros fatores –, ressaltam as causas da situação de exclusão social mais claramente que a simples computação das rendas. (IPEA , p. 293).

A população rural tem um importante papel com relação à pobreza do Brasil, apesar de ter uma população menor que a urbana. Isso ocorre devido às condições precárias que o meio rural tem a oferecer ao pequeno produtor que é aquele que fixa residência no campo. Além da baixa remuneração, ainda não conta com a satisfação das necessidades básicas, para no mínimo, viver com qualidade.

Camacho (2000, apud, Kuhn 2008, p. 35) para determinar pobreza rural, além das causas mais comuns quanto à situação de pobreza, discorre que é necessário também serem consideradas: a dispersão geográfica da população; falta de acesso a terra, ao crédito e aos insumos agrícolas; a diversidade étnica e cultural; a indisponibilidade de certos recursos naturais; a incapacidade de organização e participação política nas comunidades rurais.

Os parâmetros de pobreza no meio rural têm dimensões maiores, pois além do atendimento das necessidades básicas, o produtor necessita de subsídios para manter sua produção e, também entra a questão sociocultural, importante para o bem estar de sua família.

De acordo com Echevarria (2000, p. 149) a pobreza rural é mais intensa que a urbana e mais difícil de superar. Em muitos países, as regiões pobres das áreas rurais não se beneficiam do crescimento econômico dos últimos tempos. A distribuição desigual da terra e as distorções dos mercados e serviços agrícolas contribuem para perpetuar a pobreza rural.

A citação acima faz pensar na questão do crescimento urbano e na estagnação do rural. Apesar de haver um crescimento no meio rural sabe-se que estas áreas não são beneficiadas pelo crescimento de sua região. A desigualdade na distribuição das terras, o valor alto dos insumos e o baixo preço do mercado agrícola contribui ainda mais para a pobreza rural.

O pequeno produtor, indivíduo que mais precisa de auxílio do governo, tem pouco acesso aos programas, pois como está distante de tudo e muitas vezes não se informa de como fazer parte dos programas, acaba tendo que produzir somente para sua sobrevivência, pois não tem condições de investir na otimização de sua produção.

2.4.1 Programa Brasil sem Miséria no Meio Rural

O plano prevê dois níveis de atuação: o primeiro é o apoio à produção englobando a oferta de sementes e insumos, serviços e assistência técnica e infraestrutura que garanta água e energia elétrica; o segundo é a transferência de renda, com concessão de fomento as famílias de produtores rurais no valor de R\$ 2.400,00 em três parcelas iguais no decorrer de dois anos.

Segundo dados do IPEA (p.294), o programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais diz respeito a promoção de segurança alimentar da família rural e, o programa Bolsa Verde tem como finalidade a preservação dos recursos naturais das áreas onde vivem e trabalham. Para esse programa de transferência de renda é necessário estar cadastrado no CadÚnico dos programas sociais do governo.

Os programas voltados para o meio rural tem muita relevância, pois induzem a capacitação do pequeno produtor rural fazendo com que aumente sua produção, otimizando a utilização de sua terra e erradicando ou diminuindo a questão da insegurança alimentar que existe no meio rural.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após a aplicação dos questionários, os dados foram agrupados, transformados em número e a partir daí, foram feitas tabelas para melhor análise dos dados. Os resultados foram divididos em dados da família, dados da moradia, dados sobre a renda das famílias e por último foram agrupadas as sugestões das famílias em relação a saúde, educação e lazer. Esses foram os resultados encontrados:

3.1 Dados da Família

Para melhor entendimento em relação às famílias que foram entrevistadas, até mesmo para identificar o perfil das famílias que recebem o benefício do PBF, foram questionados alguns tópicos como formação das famílias, quantas pessoas a compõem, a idade, a escolaridade, origem, se trabalham dentro ou fora de sua propriedade e qual a origem das pessoas que fazem parte das famílias.

3.1.1 Homens X Mulheres nos assentamentos

Para chegar a este resultado, foram feitas médias em relação à idade dos homens, meninos e adolescentes de sexo masculino e das mulheres, meninas e adolescentes do sexo feminino. A tabela abaixo descreve o número, idade e média de idade de pessoas do sexo masculino que compõem as famílias entrevistadas.

Tabela 2. Número e idade das pessoas por sexo nas famílias entrevistadas.

	Quantidade	Idades	Média Idade
Homens	24	23 a 77 anos	44 anos
Meninos	11	0 a 07 anos	03 anos
Adolescentes	02	12 a 17 anos	15 anos
Mulheres	24	20 a 72 anos	36 anos
Meninas	17	01 a 11 anos	05 anos
Adolescentes	07	12 a 18 anos	15 anos

Fonte: Elaborado pelo autor

A partir dos dados expressos na tabela 2, pode-se perceber que o número de pessoas do sexo feminino é mais expressivo que do sexo masculino, dentre as famílias entrevistadas. No futuro, hipoteticamente, essa situação pode acarretar nas mulheres administrarem os lotes dos pais levando em consideração a sucessão familiar que é bem comum nos assentamentos ou migrarem para a cidade acarretando em êxodo rural.

Do total de 85 pessoas encontradas, as mulheres possuem idade entre 20 e 72 anos, e os homens com idade entre 22 a 75 anos.

Os casais são formados com grande diferença de idade, as mulheres são mais novas que os homens, por isso a média de idade entre homens e mulheres é de oito anos. Essa diferença de idade atribui-se ao fato de que as mulheres foram criadas dentro dos assentamentos e uniram-se cedo com os homens mais velhos que residiam nos assentamentos.

3.1.2 Escolaridade das Famílias

Para melhor entender a estrutura educacional dos assentamentos, é preciso identificar a escolaridade das pessoas que compõem as famílias assentadas e o perfil dos estudantes que recebem o benefício do PBF.

A tabela abaixo identifica as escolaridades das pessoas que compõem as famílias nos assentamentos do município de Dom Pedrito.

Tabela 3. Escolaridade das pessoas que compõem as famílias entrevistadas

Escolaridade	Nº de Pessoas	Descrição
Analfabeto	06	Todos Adultos
Ensino Fundamental Incompleto	40	39 Adultos e um adolescente
Estudando Ensino Fundamental	19	05 aos 18 anos
Ensino Fundamental Completo	01	Todos Adultos
Ensino Médio Completo	04	Todos Adultos
Estudando Ensino Médio	01	Adolescente
Não deram Início aos Estudos	14	Crianças de 0 a 05 anos

Fonte: Elaborado pelo autor

Em relação à escolaridade dos assentados, pode-se notar que o ensino fundamental incompleto prevalece devido à dificuldade de deslocamento por parte dos assentados para continuar os estudos, também deve ser levado em consideração à necessidade do trabalho

cedo ajudando os pais no campo, resultando no futuro em sucessão familiar, quando o filho dá continuidade ao trabalho dos pais, sendo que para dar essa continuidade é necessário à experiência na lida do campo e esse bem é passado de geração para geração. Em relação ao alto índice de desistência do ensino fundamental ocorre que em dois dos assentamentos a escola próxima não oferece o ensino fundamental, as aulas vão até a 6ª série, por isso os alunos sentem-se desmotivados a acabarem os estudos, tendo que deslocar-se até outra região do interior do município ou até mesmo a cidade. Foi observado que as pessoas que frequentaram o ensino médio, chegaram a concluí-lo. Apenas uma adolescente está cursando o ensino médio, no qual ela vai e volta todos os dias à cidade para estudar. As que estão estudando no ensino fundamental têm idades entre 05 e 18 anos, sendo que algumas crianças de cinco anos ainda não deram início aos estudos. Existem adolescentes em idade avançada que ainda não completaram o ensino fundamental, porém ainda seguem seus estudos com intuito de concluir ao menos o ensino fundamental.

3.1.3 Origem das Famílias

A origem da família torna-se importante para a pesquisa, pois assim pode-se identificar de onde vieram as primeiras famílias de assentados, para melhorar o entendimento da formação dos assentamentos do município de Dom Pedrito-RS.

Segue abaixo a tabela que demonstra a origem das famílias entrevistadas.

Tabela 4. Origem pessoas que compõem as famílias entrevistadas

Origem	Nº de Pessoas	Descrição
Dom Pedrito*	56	21 Adultos e 35 crianças/adolescentes
São Sepé	02	02 Adultos
Rosário do Sul	02	02 Adultos
Aceguá	01	01 Adulto
Liberato Salzano*	03	03 Adultos
Constantina*	03	03 Adultos
Ronda Alta*	02	02 Adultos
Nonoai	02	02 Adultos
Chapecó - SC	01	01 Adulto
Restinga Seca	03	03 Adultos
Estancia Velha	01	01 Adulto
Novo Hamburgo	01	01 Criança
Cruz Alta	01	01 Criança
Ijuí	01	01 Adulto
Rodeio Bonito	01	01 Adulto
Estado Paraná	01	01 Adulto
Sant'Ana do Livramento	01	01 Adulto
Planalto	01	01 Adulto
Sarandi	01	01 Adulto
Três Passos*	03	01 Adulto*

Fonte: Elaborado pelo autor

As famílias têm suas naturalidades diversificadas, a maior concentração está no município de Dom Pedrito, sendo que em sua maioria são crianças e adolescentes que nasceram quando os pais já estavam instalados no município.

Dos 20 municípios do qual fazem parte da formação dos assentamentos do município de Dom Pedrito - RS, 10 deles fazem parte da região noroeste, sendo que Chapecó-SC faz limite com a região. Fazendo referência a contextualização da origem dos assentamentos, onde foi citado que as primeiras famílias assentadas eram da região do Alto Uruguai localizada na região noroeste do estado, os originais todos que foram identificados na pesquisa são dessa

* Municípios que possuem famílias originais, no qual Constantina apresenta duas famílias originais.

região, salvo apenas um que é natural do município de Dom Pedrito. Em seguida percebe-se que existem municípios da região da campanha como Sant’Ana do Livramento, Rosário do Sul e Aceguá, sendo que dois dos assentamentos do município fazem fronteira com Rosário do Sul, tornando a migração desses assentados natural, devido a proximidade com o município.

As distintas origens das famílias que residem nos assentamentos do município de Dom Pedrito – RS implicam em aumento da população rural do município, e como nesses assentamentos predomina além da atividade de produção, o trabalho informal, resultou no aumento da mão-de-obra no campo, da produção e do fluxo de recursos para o município. Mencionando também a difusão de novas culturas de diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul e fora do estado também, visto que existem 20 municípios diferentes entre os três assentamentos, o que também é importante para o município em termos socioculturais.

As diferentes origens implicaram no choque cultural relacionado às atividades de produção, pelo fato de algumas famílias estarem habituadas a práticas de cultura de subsistência e a região da fronteira caracteriza-se pela pecuária extensiva e leiteira.

3.1.4 Tempo de assentamento

O estudo em relação ao tempo em que as famílias residem nos assentamentos do município traz o entendimento sobre a inserção das famílias no contexto dos assentamentos, pois quanto mais tempo estão nos assentamentos melhor ambientados com as condições existentes.

Segue abaixo a tabela que apresenta o tempo de assentamento em cada família entrevistada.

Tabela 5. Tempo em que as famílias entrevistadas estão no assentamento

Tempo	Famílias
Até 10 anos	10
Mais de 10 anos	12

Fonte: Elaborado pelo autor

Levando em consideração que os assentamentos Vista Nova e Upacaráí possuem 24 anos de obtenção e o assentamento Alto Alegre possui 23 anos e os três assentamentos possuem 14 anos de criação pelo INCRA.

As famílias estão inseridas nos assentamentos de 2 a 24 anos, nesse contexto pode-se perceber que existem famílias que há pouco tempo estão nos assentamentos, fazendo com que

ainda não tenham obtido grandes êxitos na produção e comercialização de suas atividades produtivas. E as famílias que possuem mais tempo de assentamento, já apresentam maior conhecimento da região para a produção e comercialização de seus produtos.

A maioria das famílias entrevistadas reside há mais de 10 anos nos assentamentos, embora com pouca diferença, já se sentem mais seguras para produzir e vender sua atividade de produção, bem como procurar outros tipos de comercialização de seus produtos, como por exemplo, vender seus produtos na cidade diretamente para o consumidor final, no qual o produtor pode vender por um valor maior, por não haver atravessadores que coloquem maior valor no seu produto. Esse contexto torna-se interessante tanto para quem vende como para quem compra, pois sempre que o comprador precisar vai entrar em contato com o vendedor direto, no caso o produtor, fazendo com que haja certo elo de confiança entre produtor/comprador.

3.1.5 Trabalham na Propriedade

Importante para obter entendimento em relação à renda das famílias, se ela vem somente do que se produz na propriedade, ou se são realizados outros tipos de serviços que compõem a renda juntamente com o PBF.

Dentre os 48 adultos entrevistados, 46 trabalham na propriedade e 12 trabalham dentro e fora da propriedade, sendo que dois adultos e um adolescente trabalham somente fora da propriedade.

A questão dos que trabalham na propriedade, foi possível identificar que alguns homens trabalham dentro e fora da propriedade para completar a renda. Alguns se deslocam até a cidade para trabalhar informalmente e outros conseguem um trabalho nas proximidades do assentamento. As mulheres trabalham na casa, com pequenos animais, na horta, leite, queijo dentro da propriedade. Apenas uma mulher mora na cidade com a filha que é diabética e necessita de tratamento e visita ao médico regularmente.

3.2 Tratamento de Água, Esgoto e Lixo.

A questão do tratamento de esgoto, água e lixo no meio rural do município de Dom Pedrito – RS é precário, nos assentamentos não é diferente, ocorre que esses três exercem uma influência na qualidade de vida da população, pois a água, esgoto e lixo não tratados tornam-se grandes vetores de doenças. Para a identificação adequada das condições de vida das famílias, deve ser analisado corretamente o tratamento desses fatores.

3.2.1 Fontes de Água

O mau tratamento da água ou a ausência dela pode trazer algumas doenças como verminoses, esquistossomose, febre tifoide, entre outras. Essas doenças implicam na qualidade de vida das pessoas que vivem em locais sem tratamento de água. Para o entendimento das condições de vida das famílias é importante indicar as fontes de água das famílias que residem nos assentamentos do município de Dom Pedrito – RS.

Abaixo a tabela que define o as fontes de água as famílias entrevistadas

Tabela 6. Fonte de água das famílias entrevistadas

Fonte de Água	Famílias
Captação de água da chuva	03
Poço / Açude	01
Cacimba / Açude	01
Captação da água da chuva / Cacimba	02
Captação da água da chuva / Poço	12
Captação da água da chuva / Açude	02
Captação da água da chuva / Poço / Açude	01

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme a tabela acima, pode se identificar que a maioria das famílias utilizam a água da chuva, sendo que após a captação da água da chuva, as famílias armazenam dentro de caixas de água, que nem sempre estão devidamente limpas, visto que a tampa das caixas ficam abertas para que a água da chuva caia diretamente ali, torna-se impossível utilizar essa água para consumo humano, mas ainda assim existem famílias que a utilizam para consumo próprio.

A água do poço, nos assentamentos é alternativa de água potável, sendo que em alguns lotes, o poço possui água salobra, fazendo com que as famílias devam encontrar outro tipo de alternativa para utilizar água para consumo humano. Como a compra de água mineral e utilizar a água do poço para limpeza da casa, roupas, entre outras utilidades.

3.2.2 Tratamento de Esgoto

O tratamento dado aos esgoto pode indicar as condições de vida das famílias que residem nos assentamentos, pois se não for adequado, podem trazer doença as famílias.

A seguir a tabela que especifica os tipos de esgoto utilizado pelas famílias entrevistadas.

Tabela 7. Tipos de esgoto utilizados pelas famílias entrevistadas.

Tipo de Esgoto	Casa
Fossa séptica / Sumidouro	06
Fossa Séptica	02
Céu Aberto	09
Patente	04
Poço Negro / Fossa Séptica	01

Fonte: Elaborado pelo autor

O esgoto no assentamento tem sua maior expressão a céu aberto, no qual se observa que não possuem qualidade de vida nesse quesito, pois o esgoto a céu aberto compromete a saúde das pessoas da família e das famílias que residem próximo ao esgoto. O esgoto tratado inadequadamente pode trazer doenças como as verminoses, e como o atendimento médico é somente na cidade, torna-se de difícil controle, pois não é sempre que as famílias podem deslocar-se até a cidade.

A fossa séptica para locais como os assentamentos é uma boa opção, pois a água com os dejetos após tratamento torna-se adequada para ser reutilizada até mesmo na atividade de produção.

3.2.3 Tratamento do Lixo

Também se enquadra na qualidade de vida, pois se for tratado de forma inadequada também pode trazer doenças para as famílias.

Segue abaixo a tabela que apresenta o tratamento dado ao lixo pelas famílias entrevistadas.

Tabela 8. Tratamento do lixo das famílias entrevistadas

Lixo	Casas
Queimado	14
Buraco	01
Queimado/Levado para recolhimento	03
Buraco / Queimado	02
Céu Aberto	01
Levado para recolhimento	01

Fonte: Elaborado pelo autor

As opções nos assentamentos são bastante limitadas, a coleta do lixo que é o mais correto, e realizada na escola próxima ao assentamento, o que em dias de chuva impossibilita o acesso aos assentamentos, resultando em grande quantidade de lixo na frente da escola.

Além do recolhimento, outra opção, a mais utilizada é a queima do lixo que resulta na liberação dos gases do efeito estufa e a outra opção mencionada pelas famílias é enterrar o lixo, no qual acarreta na contaminação do solo.

3.3 Dados da Moradia

Os dados da moradia das famílias diz respeito as condições de vida das famílias que residem nos assentamentos.

A casa padrão dos assentamentos possui de 42m² a 49m², com paredes de madeira e teto de Brasilit, o que indica que se as pessoas ainda possuem casas com essas medidas e esses materiais, possuem casa com 24 anos de idade.

Segue abaixo a tabela que representa o tamanho da área construída das casas das famílias entrevistadas.

Tabela 9. Área construída das casas das famílias entrevistadas.

Das 22 famílias entrevistadas, 14 possuem área construída até 49m² e 8 das famílias possuem casas com área construída maior que 49m².

Esses dados querem dizer que desde que estão no assentamento 14 famílias não construíram nada, nem aumentaram a estrutura de suas casas, pelo fato de não terem condições ou

de adaptarem-se bem a esse tamanho de casa, até pelo fato de que as famílias em sua maioria são pequenas com no máximo três filhos cada casal.

O material da parede padrão é de madeira, sabendo o material da parede, pode-se concluir que não fizeram nenhuma alteração na construção padrão.

Segue abaixo a relação do tipo de material da parede das casas das famílias entrevistadas.

Tabela 10. Material da parede das casas das famílias entrevistadas

Material Parede	Casas
Madeira	11
Alvenaria	09
Madeira/Alvenaria	02

Fonte: Elaborado pelo autor

Fui identificado através desse item que as famílias não mudaram a estrutura das paredes das casas, sendo assim, o maior número de famílias possuem casas com 24 anos, e algumas estão em estado de má conservação, algumas com problemas de assoalho, de apodrecimento da madeira devido as frequentes chuvas.

O material do piso diz muito sobre as condições das famílias, pois algumas residem em casas com piso de chão batido, podendo trazer doenças as pessoas que vivem nessas casas.

Segue abaixo a relação do tipo de material do piso das casas das famílias entrevistadas.

Tabela 11. Material do piso das casas das famílias entrevistadas

Material Piso	Casas
Cerâmica	15
Madeira	03
Chão Batido	02
Cimento	02

Fonte: Elaborado pelo autor

A maioria das famílias entrevistadas possui piso de cerâmica o que demonstra que as famílias mudaram suas casas para que aumentasse a qualidade de vida, com o passar do tempo e a medida que foram aumentando suas rendas, foram transformando suas casas de modo que lhes desse o devido conforto.

O material do teto da casa denota as mudanças que foram feitas ao longo dos 24 anos de assentamento na casa, o teto padrão das casas dos assentamentos eram de brasilt.

Tabela 12. Material do teto das casas das famílias entrevistadas

Material Teto	Casas
Brasilt	14
Alvenaria	03
PVC/Madeira	03
Madeira	02

Fonte: Elaborado pelo autor

Através desses resultados pode-se notar que a maioria das famílias segue com o teto padrão, teto de brasilt, o que faz com que as famílias tenham problemas durante o verão devido ao calor e durante o inverno devido ao frio. As famílias entrevistadas tornaram-se fieis a construção padrão devido ao alto valor de se construir um casa toda de alvenaria, tiveram que optar pelo grau de importância para cada família do que deveria ser modificado.

O padrão do banheiro nos assentamentos era a patente, através desse item podemos identificar que algumas famílias optaram por modificar o padrão dos banheiros.

Entre as casas pesquisadas, 18 possuem banheiro dentro e quatro casa possuem banheiro fora da casa.

Através desses dados, pode se notar que a maioria construiu banheiro em suas casas, algumas com o tratamento mais adequando frente a situação do assentamento e outros com o esgoto a céu aberto, fazendo com que as condições de vida não aumentasse tanto o quanto era esperado com a construção do banheiro.

3.4 Renda das Famílias

Para entendimento do percentual que o PBF exerce sobre a renda das famílias, foi realizada uma análise da composição da renda das famílias dos assentamentos, identificando qual a atividade de produção para comercialização e para consumo próprio, se somente a atividade de produção compõem a renda ou se existem outros tipos de renda que completam a renda total das famílias.

3.4.1 Políticas de Crédito

As políticas de crédito no setor rural tornaram-se importante para o fortalecimento da agricultura familiar, dando suporte aos agricultores para o aumento de sua produção e competitividade frente ao mercado no qual está inserido.

Segue abaixo a tabela que demonstra as famílias que possuem acesso às políticas de crédito

Das 22 famílias, 15 tem acesso às políticas de crédito e sete não possuem nenhum crédito.

A maioria dos assentados tem acesso às políticas de crédito, a que predomina é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, criado em 1995, para auxiliar na produção dos agricultores familiar que estavam passando por um momento de altos custos de produção e escassez de créditos. O que denota que algumas famílias além de arcar com gastos como produtos alimentícios, alimentação, energia elétrica, transporte, saúde, ainda tem que se preocupar com o pagamento da política de crédito, no qual alguns contrataram o PRONAF e não conseguiram produzir para ao menos pagar o crédito. Resultando em famílias cada vez mais pobres e com o cadastro irregular para retirar outro se for necessário.

O PRONAF é obtido através da criação de projetos para atividade de produção que se adequam a área que as famílias possuem. O projeto é elaborado com o auxílio dos extensionistas da EMATER.

As famílias assentadas que não possuem nenhum tipo de financiamento estão ou em estado irregular no assentamento ou estão com CPF irregular, devido outros financiamentos que fizeram e não puderam pagar, pelo fato de não saberem aplicar o valor, ou não possuírem assistência correta, ou até mesmo por algum imprevisto na produção que causou perda parcial ou até mesmo total.

3.4.2 Atividades de Produção e Compradores

Para a pesquisa ser levada adiante é importante saber como as famílias comercializam seus produtos, se vendem na cidade, ou se possuem algum outro comprador.

Segue abaixo a tabela que ilustra os compradores de seus produtos.

Tabela 13. Compradores dos produtos das famílias entrevistadas.

Atividades de Produção	Famílias	Compradores
Pecuária de Corte	06	Atravessadores
Pecuária de Leite	05	Consulati/Cidade
Pequenos Animais	01	Cidade
Derivados do Leite	02	Cidade
Ovos	06	Cidade
Agricultura	09	Cotrijui/Armazém
Não possui	06	-

Fonte: Elaborado pelo autor

As atividades produtivas são predominantemente agrícolas, em segundo pecuária de corte e leite em terceiro lugar. Algumas famílias trabalham com mais de uma atividade de produção, no qual ajuda na composição da renda da família. Porém existe em um número expressivo, famílias que não possuem atividade de produção, mas que produzem ao menos para consumo próprio, apenas duas famílias não produzem para venda nem para consumo, vivendo apenas de trabalho informal, aposentadoria e PBF.

Os compradores são sempre os mesmos, o que varia é em relação ao leite, que quando se produz pouco, os assentados preferem vender na cidade que paga mais que vender para Consulati e a soja e milho é comercializado para Cotrijuí, mas apenas uma família vende o milho em armazéns na cidade.

Os compradores iguais denota que as famílias possuem a mesma assistência na hora de vender, as famílias não procuram inserção em outros mercados, fazendo com que ganhem sempre o mesmo valor por seus produtos.

3.4.3 Produção para Consumo

Além da produção para comercialização, as famílias produzem para seu próprio consumo, o que indica que nas compras do mês alguns itens não são adquiridos, pois produzem. Todas as famílias que possuem atividade de produção para comercialização, subtraem alguma parte da produção para seu consumo.

Segue abaixo a tabela que apresenta a produção para o consumo das famílias entrevistadas.

Tabela 14. Produção para consumo das famílias entrevistadas.

Produção	Famílias
Carne Bovina	05
Leite	07
Horta	13
Frutas	05
Pequenos animais	14
Ovos	12
Mel	02
Milho	02
Não produzem	02

Fonte: Elaborado pelo autor

Para consumo próprio o que mais produzem são os pequenos animais como galinhas e porcos, possuem manuseio fácil e dão ovos e carne no caso das galinhas e carne no caso de porcos, mencionando também que no final do ano o leitão tem um aumento de procura, o que ajuda na renda das famílias. A horta também tem sua importância, pois também é de fácil manuseio e não requer muitos cuidados.

Esse complemento de produção para consumo auxilia na renda das famílias, pois o que produzem, não precisam adquirir nos mercados da cidade.

3.4.4 Fontes de Renda das Famílias

Deve ser compreendida a formação da renda das famílias, pois não existe família que a totalidade de sua renda seja o benefício do PBF. As famílias apresentam mais de uma fonte de renda, a tabela abaixo ilustra todos os tipos de renda das famílias dos assentamentos do município de Dom Pedrito – RS. Segue abaixo a tabela com a composição da renda das famílias entrevistadas.

Tabela 15. Composição da renda das famílias entrevistadas

Composição da Renda	Famílias
Atividade de produção + Trabalho informal + PBF	03
Trabalho informal + PBF	04
Atividade de produção + PBF	08
Atividade de produção + Aposentadoria + PBF	02
Atividade de produção + Arrendamento + PBF	02
Atividade de produção + Trabalho informal + Aposentadoria + PBF	01
Salário + PBF	01
Atividade de Produção + Trabalho informal + Ajuda de parentes + PBF	01

Fonte: Elaborado pelo autor

O tipo de renda que predomina nas famílias dos assentamentos, é a atividade produtiva e o PBF. Também nesse item aparece com frequência o trabalho informal, que ocorre nos arredores do assentamento ou em outras localidades.

O trabalho informal ocorre geralmente nas famílias em que a atividade de produção rende pouco, então é necessário o complemento da renda através de serviços pagos diariamente. Esse tipo de trabalho torna-se importante devido a algumas atividades de produção serem sazonais, onde recebem todo o valor da atividade em apenas um mês e nos outros meses não há renda, portanto, o trabalho informal é utilizado para cobrir os gastos do mês em que a atividade de produção não dá retorno financeiro.

A aposentadoria ocorre em alguns lares no qual existem idosos e aposentados por invalidez, já o salário mencionado existe apenas uma pessoa assalariada dentre os assentados.

3.4.5 A Influência do Programa Bolsa Família na Renda

Os dados coletados foram anuais, devido à sazonalidade de produção de algumas famílias, sendo assim foram feitos cálculos da renda bruta das famílias, nesses cálculos não foram contabilizados créditos, energia elétrica, gastos com a atividade de produção e produção para consumo, entre outros gastos mensais. Portanto não se pode concluir que algumas famílias não deveriam ser beneficiadas, pois algumas famílias possuem outros gastos durante o mês que ocupem a maior parte da renda, por outro lado, existem famílias que mal possuem renda para comprar os alimentos.

Segue na tabela abaixo a influencia do PBF na renda das famílias

Tabela 16. Influência do PBF na renda das famílias entrevistadas

Renda total/ano	% PBF	Renda per capita/mês bruta com o PBF	Renda per capita/mês sem o PBF
R\$ 6.274,00	20%	R\$ 174,28	R\$ 74,28
R\$ 2.624,00	47%	R\$ 109,33	R\$ 39,33
R\$ 3.224,00	38%	R\$ 89,56	R\$ 6,22
R\$ 19.650,00	12%	R\$ 545,83	R\$ 445,83
R\$ 15.756,00	8%	R\$ 437,67	R\$ 304,33
R\$ 19.918,00	10%	R\$ 553,28	R\$ 453,28
R\$ 6.608,00	24%	R\$ 275,33	R\$ 125,33
R\$ 10.428,00	15%	R\$ 217,25	R\$ 142,25
R\$ 11.034,00	3%	R\$ 306,50	R\$ 223,17
R\$ 36.546,00	1%	R\$ 609,10	R\$ 569,10
R\$ 7.732,00	15%	R\$ 128,87	R\$ 48,87
R\$ 7.544,00	18%	R\$ 209,56	R\$ 126,22
R\$ 2.856,00	16%	R\$ 47,60	R\$ 7,60
R\$ 23.321,00	6%	R\$ 647,81	R\$ 547,81
R\$ 16.608,00	10%	R\$ 346,00	R\$ 196,00
R\$ 10.512,00	23%	R\$ 146,00	R\$ 96,00
R\$ 7.740,00	26%	R\$ 129,00	R\$ 89,00
R\$ 15.180,00	11%	R\$ 210,83	R\$ 194,17
R\$ 13.384,00	25%	R\$ 278,83	R\$ 203,83
R\$ 10.896,00	25%	R\$ 129,71	R\$ 86,86
R\$ 5.304,00	23%	R\$ 147,33	R\$ 64,00
R\$ 5.592,00	36%	R\$ 116,50	R\$ 54,00

Fonte: Elaborado pelo autor

Analisando os valores da renda anual bruta das famílias, elas vão de três salários mínimos por ano a 34 salários por ano. As famílias com maior renda bruta são as que possuem atividades de produção diversificadas, as que recebem aposentadoria e as que completam a renda com o trabalho informal.

Em relação ao PBF, existe um complemento da renda bruta de 1% a 47% na renda das famílias, o que para algumas famílias o valor é irrisório e para outras, faz diferença.

Nessa tabela foi percebida apenas uma famílias que vive em situação de pobreza extrema, levando em consideração e medida de pobreza através da renda bruta (R\$ 70,00 per capita/mês), pois cada integrante da família recebe R\$ 47,60.

Nessa mesma tabela citada anteriormente, foi realizada uma comparação se não houvesse o benefício do Programa Bolsa Família, notadamente houve um aumento de pessoas na condição de pobreza extrema de uma para cinco pessoas, sendo que duas famílias receberiam menos de R\$10,00 de renda bruta per capita ao mês.

Para algumas famílias sobra renda no mês para investir na casa ou na produção, para outras os gastos do mês são quase que toda a renda com mercado, levando em consideração que os percentuais foram calculados anualmente devido à sazonalidade das atividades de produção. Em relação ao valor da renda, foram calculados com a renda bruta das famílias, sendo assim, não foram contabilizados outros gastos como energia elétrica, financiamentos, gastos com a atividade de produção, entre outros.

Referente à renda bruta total anual das famílias, as famílias completam suas rendas com o trabalho informal e com o arrendamento de suas terras, fazendo com que além da produção essas atividades façam uma grande parte da composição de sua renda. O PBF, para algumas famílias é a maior fonte de renda, já para outras o valor comparado com a renda anual compõem uma pequena parte da renda.

3.4.6 Compras do Mês

Todas as famílias realizam compras periodicamente, mesmo que produzam para o consumo, essas compras são de produtos alimentícios e produtos de limpeza.

Em relação às compras do mês, todas as 22 famílias fazem as compras nos mercados da cidade, sendo que 18 famílias fazem as compras uma vez no mês e as outras 04 fazem compras mais de uma vez no mês. As compras como são realizadas na cidade dependem de transporte para que aconteçam.

3.4.7 Os Valores Gastos com as Compras do Mês

Para entendermos o quanto da renda do mês as compras com alimentos e higiene absorvem. Segue a tabela abaixo os valores e o percentual, ressaltando que as compras foram calculadas anualmente, devido à sazonalidade das atividades de produção de algumas famílias.

Tabela 17. Valores gastos com as compras do mês

Renda total / Ano	% PBF	\$ Compras ano	% Compras ano
R\$ 6.274,00	20%	R\$ 3.600,00	57%
R\$ 2.624,00	47%	R\$ 1.680,00	64%
R\$ 3.224,00	38%	R\$ 3.000,00	93%
R\$ 19.650,00	12%	R\$ 3.600,00	18%
R\$ 15.756,00	8%	R\$ 4.800,00	30%
R\$ 19.918,00	10%	R\$ 3.600,00	18%
R\$ 6.608,00	24%	R\$ 3.600,00	54%
R\$ 10.428,00	15%	R\$ 3.600,00	35%
R\$ 11.034,00	3%	R\$ 3.000,00	27%
R\$ 36.546,00	1%	R\$ 2.400,00	7%
R\$ 7.732,00	15%	R\$ 4.800,00	62%
R\$ 7.544,00	18%	R\$ 3.000,00	40%
R\$ 2.856,00	16%	R\$ 2.400,00	84%
R\$ 23.321,00	6%	R\$ 3.600,00	15%
R\$ 16.608,00	10%	R\$ 7.200,00	43%
R\$ 10.512,00	23%	R\$ 3.600,00	34%
R\$ 7.740,00	26%	R\$ 2.400,00	31%
R\$ 15.180,00	11%	R\$ 1.200,00	8%
R\$ 13.384,00	25%	R\$ 3.600,00	27%
R\$ 10.896,00	25%	R\$ 3.600,00	33%
R\$ 5.304,00	23%	R\$ 3.000,00	57%
R\$ 5.592,00	36%	R\$ 3.000,00	54%

Fonte: Elaborado pelo autor

As compras do mês absorvem a renda de 7% a 93% da renda das famílias, importante ressaltar que as compras variam o valor entre R\$200,00 a R\$ 300,00 mensal, o que determina a diferente oscilação entre os percentuais é a renda de cada família que como pode ser observado, tem uma grande desigualdade.

Relacionando o percentual das compras com o do benefício do PBF, podemos perceber que o valor recebido pelas famílias através do programa é menor que o valor gasto nas compras do mês. Denotando que a qualidade de vida mesmo recebendo o benefício é comprometida, pois nem os gêneros alimentícios o programa não cobre.

Apesar do PBF não existir somente para obtenção de alimentos e produtos de higiene, a partir dessa tabela, pode-se verificar que para algumas famílias auxilia na renda, fazendo com que as famílias utilizem o benefício para percentagem das compras, restando renda para aplicar em outros gastos.

3.5 Sugestões das Famílias

As sugestões para melhoria da qualidade de vida dos assentados foram divididas por assentamentos, pois cada um tem suas necessidades.

Nas sugestões é que podemos perceber as necessidades das famílias assentadas que não estão sendo satisfeitas, principalmente na questão saúde, educação, transporte e lazer.

3.5.1. Saúde

Na questão da saúde podemos notar que existe precariedade em relação ao acesso, sendo que os assentamentos se localizam longe da cidade e muitas vezes as famílias não podem deslocar-se para receber atendimento necessário.

Para as 14 famílias do assentamento Upacaráí, uma família sugere marcação pelo 0800 diferenciada, 11 atendimento médico e odontológico no assentamento e duas não opinaram.

Na saúde, as famílias não tem acesso algum a consultas médicas e odontológicas, todas as consultas são realizadas na cidade, fazendo com que as famílias dependam de transporte e de lugar para pernoitar na cidade, visto que as marcações pelo sistema único de saúde são realizadas muito cedo. Essa questão deveria ser revista, pois nos assentamentos existem casos de hipertensão, diabetes, entre outras que necessitam de controle. Levar médicos e dentistas para os assentamentos é um desafio, mas é necessário, pois existem pessoas com problemas de saúde, no qual é imprescindível controle regularmente.

Das quatro famílias entrevistadas no assentamento Alto Alegre, três sugerem atendimento odontológico e uma não opinou.

As sugestões a respeito da saúde predominantemente as de atendimento médico e odontológico no assentamento, seria importante para as famílias possuírem esse suporte em dias fixos para que possam fazer seus exames rotineiros e pesagem das crianças, bem como as vacinas que dependendo da idade são obrigatórias e uma condicionalidade do PBF.

Das quatro famílias entrevistadas no assentamento Vista Nova, duas sugerem atendimento médico e odontológico no assentamento e as outras duas não opinaram.

As sugestões relacionadas à saúde são para que haja atendimento médico e odontológico nos assentamentos ao menos uma vez no mês, para que as famílias possam ter acesso regularmente, incluindo as crianças que devem se pesadas e vacinadas para continuar recebendo o benefício.

3.5.2. Educação

A educação nos assentamentos torna-se um ponto importante a ser escutado para que haja modificações, pois a maioria das famílias sequer terminou o ensino fundamental, é preciso entender o motivo da interrupção dos estudos dessas famílias.

Das 14 famílias entrevistadas no assentamento Upacaraí, quatro sugerem ensino médio na escola próxima ao assentamento, três sugerem melhoria na estrada que dá acesso à escola e sete não opinaram.

Na questão da educação, a escola próxima, cujas crianças estudam o ensino fundamental vai até a oitava série, sendo que quando terminam o ensino fundamental, devem deslocar-se até a cidade e muitas famílias não têm recurso e como não existe transporte público coletivo que passe no assentamento, as crianças acabam dando por fim seus estudos no ensino fundamental. Sendo observado que a maioria das famílias entrevistadas não acabou nem o ensino fundamental, pelo fato de que não tendo condições de cursar o ensino médio, optam por nem terminar o ensino fundamental e já ingressam na lida do campo.

Das quatro famílias do assentamento Alto Alegre, uma sugere ensino médio na escola próxima ao assentamento, uma o aumento das séries do ensino fundamental e duas não opinaram.

No tocante a educação existe duas sugestões, a primeira é em relação ao ensino médio no assentamento e a segunda refere-se à inserção das séries 7^a e 8^a do ensino fundamental, visto que na escola próxima ao assentamento o ensino vai até a 6^a do fundamental. O que acaba por desestimular as crianças terminarem o ensino fundamental, pois devem se deslocar até outras escolas do município.

Do total de quatro famílias entrevistadas no assentamento Vista Nova, uma sugere aumento das séries oferecidas pela escola próxima ao assentamento.

A respeito da educação, as famílias sugerem um aumento das séries da escola próxima ao assentamento, pois essa escola oferece somente até a 6^a série do ensino fundamental.

3.5.3. Transporte

O transporte é um dos quesitos mais importantes dos assentamentos, pois através dele as pessoas tem acesso à educação, saúde, lazer e até mesmo a coleta de lixo que depende de transporte adequado.

Do total de 14 famílias do assentamento Upacaraí, 11 sugerem a melhoria das estradas, uma sugere transporte coletivo que passe no assentamento e duas famílias não opinaram.

Referenciando a questão do transporte, as estradas que dão acesso ao assentamento estão em mau estado, sobretudo quando chove. As famílias que precisam deslocar-se a cidade até por motivos de saúde, acabam não conseguindo. As aulas da escola também são suspensas, pois quando chove o transporte que leva as crianças não consegue chegar à escola.

Do total de quatro famílias do assentamento Alto Alegre, duas sugerem a melhoria da estrada que dá acesso ao assentamento/cidade, uma família sugeriu o aumento de dias em que o transporte coletivo passa para a cidade e uma não opinou.

A questão do transporte é a estrada, principalmente quando chove, pois o acesso a cidade torna-se praticamente impossível, devido ao mau estado de conservação das estradas, também porque o acesso a cidade não está totalmente pavimentado, fazendo com que as famílias não possam nem sair do assentamento.

Das quatro famílias entrevistadas no assentamento Vista Nova, três sugerem melhoria das estradas que dão acesso assentamento/cidade, uma sugere aumento de dias de transporte coletivo para a cidade.

No tocante a transporte é sugerido a melhoria das estradas que dão acesso a cidade, sobretudo, quando chove, pois as famílias ficam “presas” no assentamento, e as aulas são suspensas até a chuva parar, visto que o acesso ao assentamento não possui pavimentação, fazendo com que o lodo impeça meios de transporte de passar.

3.5.4. Lazer

O lazer também é importante para a qualidade de vidas das famílias dos assentamentos, pois através dela as pessoas que vivem no assentamento podem conviver com mais harmonia e podem conhecer-se melhor e até mesmo construir alianças nas atividades de produção.

As atividades de lazer no assentamento Upacaraí são somente por meio de televisão, rádio ou reuniões na casa de alguma família. Existe um salão de eventos no assentamento, após a vistoria dos bombeiros foi desativado, piorando a situação de lazer do assentamento.

Das quatro famílias entrevistadas no assentamento Alto Alegre, nenhuma opinou.

O lazer no assentamento se dá em forma de reuniões na casa das famílias, televisão, rádio e quando vão aos eventos que acontecem na cidade.

Entre as quatro famílias entrevistadas no assentamento Vista Nova, uma sugere a construção de um centro comunitário no assentamento e três não opinaram.

No quesito lazer, apenas uma família sugeriu a construção de um centro comunitário no assentamento, pois seus encontros são sempre na casa de alguma família.

As sugestões mais enfáticas por parte das famílias assentadas foi a questão da estrada, pelo fato de que tudo gira em torno dela, a escola, a educação, o lazer, a comercialização de seus produtos e até mesmo o recolhimento do lixo.

As sugestões das famílias envolvem saúde, educação, transporte e lazer pelo devido às dificuldades ilustradas durante todo o trabalho, na realidade o que o trabalho identifica é que o benefício do PBF pode modificar a renda das pessoas que o recebem, mas não pode de fato modificar as condições de vida, visto que o município de Dom Pedrito – RS não possui condições de dar suporte a essas famílias, devido as más condições da zona rural da cidade, o que efetivamente é um fator preponderante na questão do êxodo rural que ocorre com frequência.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da presente pesquisa, percebeu-se que a diferença de impacto do PBF na renda e nas condições de vida das famílias entrevistadas, visto que existem variações de 1% a 47% do total da renda bruta das famílias. Esses dados indicam que para algumas famílias o PBF contribui pouco e para outras famílias é praticamente a totalidade da renda do mês. Levando em consideração que para as famílias que não possuem renda fixa, em certos meses, o benefício é a totalidade da renda.

Pode-se observar que as condicionalidades são seguidas conforme as particularidades dos assentamentos, visto que as famílias precisam deslocar-se a cidade para que haja o acompanhamento da saúde das crianças e das gestantes, assim como a questão da assiduidade escolar, pois os estudantes devido ao estado de má conservação das estradas, não tem aula, sobretudo quando chove. Sendo assim não seria possível os 85% de frequência escolar.

Dentre as 22 famílias foi encontrada ao menos uma família que vive em condições de pobreza extrema, pois recebe menos de R\$ 70,00 per capita no mês. Ocorrem também casos de pobreza absoluta, pois vivem em condições precárias, onde não existe saneamento e a única fonte de água potável é da captação da chuva e o lixo não passa por nenhum tratamento, sendo deixado a céu aberto.

Comparando a renda das famílias com o benefício e sem o benefício do programa, pode-se afirmar que para algumas famílias o programa tem uma influência positiva, pois consegue tirar as famílias da linha da pobreza em relação à renda, mas por outro lado, relacionando os percentuais do PBF com os gastos do mês com alimentação e higiene, pode-se perceber que o benefício não chega à metade desses gastos, indicando que o benefício não é suficiente para que certas famílias superem as condições de vida precárias, fazendo com que não consigam alimentar-se adequadamente, e se por um lado adquirem gêneros alimentícios de qualidade, pode faltar renda para pagar a energia elétrica, mencionando também a questão da saúde, já que a marcação de consultas pelo SUS não funciona perfeitamente nos assentamentos, pode haver algum gastos inesperado com algum problema de saúde no decorrer do mês, fazendo com que as famílias tenham que optar seus gastos em nível de relevância para seu sustento.

Para algumas famílias a reforma agrária funcionou bem, pois apresentaram entendimento das questões pecuárias e agrícolas e para outras funcionou, mas com algumas restrições, devido as dificuldades enfrentadas em relação a produção, até mesmo pelo choque cul-

tural, pois algumas famílias provêm de outros municípios e possuíam práticas em culturas coloniais e no município de Dom Pedrito-RS haver o predomínio de pecuária de corte ou leite nos assentamentos, fazendo com que alguns assentados não conseguissem inserção no mercado devido a competitividade entre os grandes produtores de pecuária de corte e/ou leite. Todo esse cenário desfavoreceu ainda mais os assentados, pelo fato de não conseguirem acesso às políticas de crédito resultando em famílias cada vez mais pobres e sem crédito para investir em suas atividades de produção, restando apenas o trabalho informal e o benefício do PBF.

Além do não conhecimento das práticas agropecuárias por parte de alguns assentados, existe a má demarcação e distribuição dos lotes dos assentamentos, de modo que nem todos assentados foram beneficiados com as mesmas condições de solo, água entre outros para suas atividades de produção, fazendo com que alguns produzam em grande quantidade e outros percam parte ou totalmente sua produção.

Apesar de o PBF completar a renda, sobretudo das famílias mais pobres, deve haver mudanças para a melhoria das condições de vida das famílias e nos aspectos como escola, à saúde, ao lazer e principalmente o transporte. Essas famílias tem necessidade de serviços básicos e isso está nas mãos do poder público, com programas que possam beneficiar não só em relação à renda, mas principalmente as condições de vida das famílias que residem nos assentamentos não somente do município de Dom Pedrito – RS, mas do estado e também do país.

Todas essas mudanças que devem ser realizadas, para o município seria um desafio, pois na questão do transporte e estradas a cidade enfrenta problemas de tanto no meio urbano quanto no rural. Esses problemas são perceptíveis à medida que andamos na zona urbana, devido à má conservação de seus pavimentos antigos. E na zona rural o mau estado das estradas é geral, não somente nos assentamentos ocorre o problema de transporte.

Em relação ao tratamento do esgoto, lixo e água na zona urbana encontramos o mesmo problema inclusive no centro da cidade, como o esgoto e lixo a céu aberto, na zona rural não poderia ser diferente. Para que nesses quesitos as famílias dos assentamentos possam melhorar suas condições de vida, poderia haver maior intervenção do poder público, em relação a água, poderia haver investimentos em programas que ensinem as famílias o cuidado com a água para consumo humano, assim como visita de agentes de saúde que ensinassem as medidas profiláticas de determinadas doenças que ocorrem em função da água contaminada.

Para o esgoto, a Prefeitura Municipal poderia fazer parcerias com outras empresas para que o tratamento de esgoto das famílias fosse através da instalação de fossas sépticas, nos lares onde não existe nenhum tipo de tratamento. Pois esse tipo de tratamento é o mais

adequado para as famílias dos assentamentos, pelo fato de transformar os dejetos em água para ser utilizado na atividade de produção, uma medida sustentável para as famílias.

Já o lixo é um problema para o poder público, devido ao recolhimento em longas distâncias tornar-se dispendioso para o município. No qual é ainda mais agravado o problema nos dias chuvosos, devido às condições das estradas, para que não acumule lixo às famílias acabam queimando ou enterrando o lixo.

A respeito da Saúde existe no município dificuldades de encontrar profissionais da saúde que atendam dentro dos postos nos localizados nos bairros da cidade, na zona rural, geralmente existe essa dificuldade devido ao fato do município não possuir esse efetivo que cumpra mensalmente as visitas nos assentamentos.

Em se tratando de educação as escolas no município em geral não possuem profissionais que atuem principalmente no ensino médio, dificultando a inserção dos alunos nas universidades e escolas técnicas federais, no campo não é diferente, pois existe resistência por parte dos professores de lecionar na zona rural, devido à distância e o desgaste desses profissionais de ter que ir e voltar todos os dias de longas distâncias. Levando em consideração que abrir mais uma escola de ensino médio seria algo dispendioso para o município ou estado, pelo fato de que além da contratação de profissionais, também deve ser proporcionado boas instalações para dar suporte aos estudantes e ensino de qualidade.

Para estudos futuros torna-se importante pesquisar a fundo a renda líquida mensal das famílias, pois devido ao tempo e a dificuldade de acesso, não houve condições do detalhamento da renda das famílias. Esse estudo detalhado abordaria outras questões em relação às condições de vida. Através dele poderiam ser revistas outras dificuldades no qual as famílias enfrentam e auxiliar no entendimento do motivo de algumas famílias não possuírem atividade de produção em seus lotes, oferecendo assim suporte para o aperfeiçoamento ou criação de alguns programas para as famílias assentadas a nível municipal, estadual ou até mesmo federal.

As pessoas que vivem nos assentamentos devem ser ouvidas, pois somente quem vive em condições precárias, sem os serviços básicos pode relatar suas verdadeiras dificuldades e a partir desses relatos serem criados programas para ao menos minimizar os problemas enfrentados pelos assentados.

5 BIBLIOGRAFIA

ARAÚJO, Jair Andrade de, et al. **Estudo da Pobreza Multidimensional no Estado do Ceará**. Ceará: Sobral, 2012. p. 8 e p. 12

BARRETO, Vitor Angelo Villar. **Dom Pedrito, Cidade e Campo: A Modernização Agrícola e a Cidade Local**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRGS. Porto Alegre. 2011 p.166.

BARROS, Ricardo Paes, et al. **A Estabilidade Inaceitável: Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2001 IPEA (Texto para Discussão nº 800) p. 2

BARROS, Ricardo Paes, et al. Bolsa Família 2003-2010 Avanços e Desafios v. 1. **Sobre as Atualidades do Cadastro Único**. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010 IPEA (Texto para Discussão nº 1414) p. 181 e p. 189.

BONI, Valdete; QUARESMA, Silvia Jurema. Aprendendo a Entrevistar: Como Fazer Entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduados em Sociologia Política da UFSC**. v.2. n.1. janeiro e julho 2005. p. 68-80. p. 75

BORGES, Livia de Oliveira; PINHEIRO, José Q. **Estratégias de Coleta de Dados com Trabalhadores de Baixa Escolaridade**. Estudos Psicológicos, Natal: Rio Grande do Norte. v. 7, nº especial, p.53-63. 2002 p.59

CAMINHA, Ademar et al. **Reforma Agrária – Definições e Realidades no Município de Dom Pedrito- RS**. Trabalho acadêmico para a disciplina de Sociologia Comunicação e Extensão Rural. UNIPAMPA. Dom Pedrito. 2012 p.10.

CASTRO, Jorge Abrahão; et al. **Desafios para a Inclusão Produtiva das Famílias Vulneráveis: Uma análise Explanatória**. Bolsa Família 2003-2010: Avanços e Desafios. Brasília: DF. v.1, IPEA, , 2010 p.319.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. Novos Territórios da Reforma Agrária na Campanha Gaúcha. Campo e Território – **Revista de Geografia Agrária**, Uberlândia: Minas Gerais. v.5, nº10, p194-225. Agosto 2010. p.210, p.211, p.212.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A Pobreza como um Fenômeno Multidimensional. **RAE – Revista Eletrônica**. São Paulo: São Paulo. v.1, nº.2, Julho-Dezembro/ 2002. p.4.

COSTA, Antonio Firmino. **Desigualdades Globais. Sociologia, Problemas e Práticas**, nº. 68. p. 9-32. 2012. p.14.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luis Henrique. **O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil**. Bolsa Família 2003-2010 Avanços e Desafios Brasília: DF. v. 1. Sobre as Atualidades do Cadastro Único. 2010 . IPEA. p.59, p. 60.

CURRALERO, Claudia Baddini; et al. **As Condicionalidades do Programa Bolsa Família.** O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. Bolsa Família 2003-2010 Avanços e Desafios Brasília: DF. v. 1. Sobre as Atualidades do Cadastro Único. 2010 . IPEA. p.159, p.170.

ECHEVARRIA, Rubén G. **Opciones para Reducir la Pobreza Rural em America Latina y el Caribe.** Revista de la Cepal 70. p.147-160. Abril 2000. P.149.

ESPÍNOLA, Gepherson Macêdo; et al. **A incidência da Pobreza no Brasil: Uma Análise Empírica** 1995-2005. FCE – UFBA. p.3.

FREITAS, Henrique; et al. O Método de Pesquisa Survey. **Revista de Administração.** v. 35, n.3. p.105-112, Julho/Setembro 2000 p.106.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas e Pesquisa Social.** v. 2. São Paulo: Atlas 1987. p. 44, p. 97, p. 166.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. **IDH, Indicadores Sintéticos e suas Aplicações em Políticas Públicas: Uma Análise Crítica.** R.B. de Estudos Urbanos e Regionais. v.7. n°. 1. p. 73-90. Maio 2005. p.79-112. Janeiro-Junho 2006

KAGEYANA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. Economia e Sociedade.** Campinas: São Paulo. v.15. n°.1. p.79-112. p.87.

KUHN, Daniela Dias. Oportunidades, **Ruralidade e Pobreza no Rio Grande do Sul: as relações apresentadas pela abordagem das capacitações nos municípios gaúchos.** Tese Doutorado em Desenvolvimento Rural. UFRGS. Porto Alegre: Rio Grande do Sul. 2008. p.16, p. 35.

LOPES, Helger Marra; et al. **Indicador de Pobreza: Aplicação de uma Abordagem Multidimensional ao Caso Brasileiro** (Texto para Discussão nº.223). Belo Horizonte: Minas Gerais. UFMG/FACE/CEDEPLAR. Outubro 2003. p.8.

MARIN, Solange Regina; et al. **Medidas de Pobreza: Um Exercício Sobre a Aplicação do Método Alkire-Foster (AF) em Silveira Martins-RS.** 2012 p. 5, p.7 , p.8.

MARTINI, Ricardo Agostini. **Um Ensaio Sobre os Aspectos Teóricos e Metodológicos da Economia da Pobreza.** (Texto para Discussão nº. 369). Belo Horizonte: Minas Gerais. UFMG / CEDEPLAR. Outubro 2009. p.8.

MINAYO, Maria Cecília. **Qualidade de Vida e Saúde: Um Debate Necessário.** Ciência e Saúde Coletiva. p. 7-18. 2000. p.8, p.6.

MONTEIRO, Carlos Augusto. **A Dimensão da Pobreza, da Desnutrição e da Fome no Brasil. Estudos Avançados.** p.7-20. São Paulo: São Paulo. p.7.

PAOLINO, Carlos. Reducion de la Indigencia y la Pobreza Rrual. Anuário OPYPA 2012. p.281-294. p.283 e p.284.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS Ernani Cesar. **Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Amburgo: Universidade Feevale. 2013. p. 70.

RATTNER, Henrique. Como Medir a Pobreza?. **Revista Espaço Acadêmico**. nº.112. ano X. Setembro 2010. p.76-79. p.76, p.77.

RAUPP, Fabiano Mauri; BEUREN, Ilse Maria. **Como Elaborara Trabalhos Monográficos em Contabilidade. Metodologia da Pesquisa Aplicáveis as Ciências Sociais**. v. 3. 2006. p. 76-97. p. 93.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil, Afinal de que Se Trata?**. 1ed. Rio de Janeiro: FGV. 2003. p.9, p.10, p14.

RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. **Sistema Único de Assistência Social: Sua Contribuição na Proteção Social Brasileira**. . Bolsa Família 2003-2010 Avanços e Desafios v. 1. Sobre as Atualidades do Cadastro Único. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010. IPEA. p. 137-150. p.145.

RDH. Relatório do Desenvolvimento Humano. **Sustentabilidade e Equidade: Um Futuro Melhor para Todos**. PNUD. 2011. p. 31, p.273.

RDH. Relatório do Desenvolvimento Humano. **Combate as Alterações Climáticas: Solidariedade Humana num Mundo Dividido**. PNUD. 2007/2008. p. 360.

RCHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 1 ed. São Paulo: Atlas. 1985 p.39

SENNA, Monica de Castro. Programa Bolsa Família: Nova Institucionalidade no Campo da Política Social Brasileira? **Revista Kastá**. v.10. nº.1 p.86-94. 2007. p.93.

SOARES, Sergei. **Programa Bolsa Família: Desenho Institucional e Possibilidades Futuras**. O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. Bolsa Família 2003-2010 Avanços e Desafios Brasília: DF. v. 1. Sobre as Atualidades do Cadastro Único. 2010. IPEA. p. 54, p.36, p.38.

SOUZA, Nali de Jesus. **Diagnóstico Econômico do Município de Dom Pedrito**. FUNDATEC.1995. p. 76, p. 77, p.80, p.81, p. 153.

TERENCE, Ana Claudia; FILHO, Edmundo Escrivão. **Abordagem Quantitativa, Qualitativa e Utilização de Pesquisa-Ação nos Estudos Organizacional**. XXVI ENGEPE. 2006. p. 7.

VIEIRA, Valter Afonso. As Tipologias, Variações e Características da Pesquisa de Marketing. **Revista da FAE**. Curitiba. v. 5, n.1 p.61-70, Janeiro/abril 2002 p.65.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. MDS. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/beneficios>> Acesso em 15out. 2013.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. IBGE. Disponível em:

<<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/custom.php?lang=&lista=custom&idtema=19&codv=V07>> Acesso em 15 out. 2013.

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento PNUD. Disponível em:

<<http://www.pnud.org.br/atlas/ranking/Ranking-IDHM-Municipios-2010.aspx#>> Acesso em 15 out. 2013.

Outros tipos de renda

8. Fontes de renda da família no último ano
9. Produção Agropecuária na propriedade? _____
10. Outras atividades produtivas/serviços _____
11. Salários _____
12. Aposentadorias/pensões _____
13. PBF _____
14. Outros _____
15. Utiliza às políticas de crédito? () Sim () Não
Qual? _____
16. Possui alguma atividade comercial de produção? () Não () Sim
Qual? _____
17. Possui funcionários? () Sim () Não Quantos? _____
18. Para quem fornece seus produtos? _____
19. Participa de alguma organização / entidade comunitária? () Sim () Não

Aquisição de alimentos e produtos de higiene

20. Produz para consumo próprio? () Sim () Não
O quê? _____
21. Como são obtidos os produtos alimentícios e higiene da família? _____
22. Fazem compras periódicas? () Sim () Não Quanto tempo? _____
23. Onde são realizadas as compras? _____
24. Quanto da renda é comprometido com as compras do mês? _____

Acesso a serviços de saúde

25. De que forma é feito o acesso a serviços de saúde? _____

Programa Bolsa Família

26. Há quanto tempo recebe o benefício? _____
27. Principais problemas da família:
- Saúde _____
- Educação _____
- Transporte _____
- Lazer _____
- Outros _____